



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

EDSON BAREIRO

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ESCOLAS RURAIS NO
PARANÁ - 1930-2005**

**MARINGÁ
2007**

EDSON BAREIRO

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ESCOLAS RURAIS NO
PARANÁ - 1930-2005**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Maria das Graças de Lima.

MARINGÁ

2007

EDSON BAREIRO

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ESCOLAS RURAIS NO PARANÁ - 1930-2005

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática da Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças de Lima.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria das Graças de Lima
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Profa. Dra. Ruth Youko Tsukamoto
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Polônia Altoé Fusinato
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Maringá, 13 de março de 2007.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de todo o processo desenvolvido desde o início dos créditos do mestrado até o encerramento da redação da dissertação inúmeras foram as pessoas que compartilharam deste caminho, auxiliando e direcionando as pesquisas desenvolvidas

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática e equipe de professores.

A minha Orientadora, pela parceria, paciência e orientações desde a graduação até este momento.

Aos colegas de turma, companheirismo, amizade, apreço e admiração que despertaram nesse período de estudos.

Aos funcionários das Secretarias de Educação de Francisco Beltrão, Cornélio Procópio, Campo Mourão e Cascavel que se mostraram muito prestativos durante a realização das pesquisas

Aos funcionários do IBGE de Curitiba, Francisco Beltrão, Cornélio Procópio, Campo Mourão e Maringá pelas informações prestadas.

Aos funcionários do IPARDES que disponibilizaram as informações necessárias para o desenvolvimento deste trabalho

Especialmente, aos meus filhos Edinho e Rafael, o primeiro pelas inúmeras vezes em que me acompanhou durante as aulas desde a graduação e que acompanhou todo o mestrado me fazendo sorrir quando não havia motivos para sorrir e a Rafael que embora pelos seus sete meses ainda não possa compreender as inseguranças

do mundo adulto já possui a capacidade de também com um sorriso afastá-las.

A minha esposa, companheira, amiga e conselheira Marlene pelos momentos em que pacientemente me ouviu e caminhou ao meu lado em todos esses anos, e pela força em conduzir e acompanhar nossos filhos.

A Deus, por estar sempre presente na minha vida e na de minha família.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho trata das escolas rurais no Paraná, como estão estruturadas e a sua situação ao longo do século passado e qual a sua tendência atualmente. Apresenta uma retrospectiva histórica sobre as políticas públicas e as discussões em cada período histórico sobre o tema educação rural no Brasil e no Estado do Paraná. Mostra que no Brasil as políticas voltadas para as escolas rurais estiveram sempre atreladas às crises pelas quais passou o campo no país, seja o êxodo rural, a modernização da agricultura e a pressão dos Movimentos Sociais em busca da Reforma Agrária. No Estado do Paraná as escolas rurais foram sendo implantadas a medida que as frentes pioneiras de colonização avançavam na região Norte e Sudoeste, nas outras regiões de colonização mais antiga já havia inúmeras escolas, a partir da modernização da agricultura, ocorre além da mudança de cultura agrícola, uma alteração na estrutura fundiária no Estado e provoca um intenso êxodo rural invertendo a situação de domicílio da população que anterior a esse processo era rural. As escolas rurais passam por um processo de extinção que chega ao nossos dias, as iniciativas para oferecer a população que continua no campo paranaense o acesso a educação estão no transporte escolas para a cidade e na nucleação de antigas escolas rurais isoladas, além de iniciativas de ONGs e Movimentos Sociais.

Palavras-chave: Escolas Rurais, Êxodo Rural, Ensino Rural, Políticas Educacionais, Dinâmica Populacional.

ABSTRACT

This paper treats of the rural schools in Paraná, as they are structured and your situation along last century and which your tendency now. Presents a retrospective one historical on the public politics and the discussions in each historical period on the theme rural education in Brazil and in the State of Paraná. He/she/you shows that in Brazil the politics gone back to the rural schools they were always harnessed to the crises by the which it passed the field in the country, be the rural exodus, the modernization of the agriculture and the pressure of the Social Movements in search of the Agrarian Reform. In the State of Paraná the rural schools went being implanted the measure that the pioneering fronts of colonization moved forward in the North and Southwest area. In the other areas of older colonization there were already countless schools, starting from the modernization of the agriculture, it happens besides the change of agricultural culture, an alteration in the structure of the country in the State and it provokes an intense rural exodus inverting the situation of home of the population that was rural previous to that process. The rural schools go by an extinction process that arrives at our days, the initiatives to offer the population that continues in the field paranaense the access the education are at the transport schools for the city and in the nucleation of old isolated rural schools, besides initiatives of ONGs and Social Movements.

Key Words: Rural schools, Rural Exodus, Teach Rural, Educational Politics, Population Dynamics

SUMARIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE SIGLAS	10
INTRODUÇÃO	11
1. O ENSINO RURAL NO BRASIL.....	14
1.1 QUADRO ATUAL	14
1.2.1 O Ruralismo Pedagógico (1920-1950)	19
1.2.2 Extensão Rural (1940 – 1965).....	26
1.2.3 – Municipalização do Ensino	29
1.2.4 Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1985)	31
1.2.5 A Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional	32
1.2.6 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo	36
2. DINÂMICA POPULACIONAL PARANAENSE.....	38
3. O ENSINO RURAL NO PARANÁ.....	43
3.1 As Escolas de Trabalhadores Rurais	43
3.2 A Colonização do Norte e Sudoeste do Paraná	49
3.3 Os Projetos de Nuclearização das Escolas Rurais.	57
3.4 O Projeto Escolas de Campo	63
4. ESCOLAS RURAIS NO PARANÁ.....	72
4.1 Mapeamento das Escolas Rurais do Paraná	72
4.2 Semelhanças e contrastes entre as Escolas Rurais das Mesorregiões do Paraná.....	83
4.3 Análise comparativa dos dados dos municípios.....	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
6. REFERÊNCIAS.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da População Paranaense – 1940-2000	38
Tabela 2 - Evolução da população Urbana e Rural do Paraná segundo Mesorregiões Geográficas do Paraná entre 1970 e 1991.....	39
Tabela 3 - Municípios do Paraná com Escolas de Trabalhadores Rurais em 1944	43
Tabela 4 – Matrículas nas Escolas Municipais de Umuarama - PR - 1960-2000.....	52
Tabela 5 - Evolução do Projeto Escola do Campo no Paraná.....	66
Tabela 6 - Evolução do número de Escolas Rurais no Paraná -Período 1997-2001.....	72
Tabela 7 - Educação Básica – Número de matriculas na Zona Rural do Paraná – 2002.....	77
Tabela 8 - Evolução das Escolas Rurais em Cornélio Procópio – 1966/2005.....	85

Tabela 9 - População de Cornélio Procópio por situação de domicílio período – 1940-2000.....	86
---	----

Tabela 10 - Evolução das Escolas Rurais de Campo Mourão.....	89
---	----

Tabela 11 . População de Campo Mourão por situação de domicílio período – 1960-2000	90
--	----

Tabela 12 . População de Francisco Beltrão por situação de domicílio período – 1960-2000.....	91
--	----

LISTA DE SIGLAS

- **ARCAFAR** – Associação das Casas Familiares Rurais
- **ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural
- **BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- **CANGO** – Colônia Agrícola Nacional General Osório
- **CBCAR** - Comissão Brasileira Americana de Educação de Populações Rurais
- **CTNP** – Companhia de Terras Norte do Paraná
- **CMNP** – Comapanhia Melhoramentos Norte do Paraná
- **CNER** - Campanha Nacional de Educação Rural
- **CPT** – Comissão da Pastoral da Terra
- **DESG** - Setor de Ensino Técnico Agrícola
- **ERC** – Escolas Rurais Nucleadas
- **FUNDEF** - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
- **FUNDEPAR** - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná
- **IPARDES** – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- **LDBs** – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
- **PCNs** – Parâmetros Curriculares Nacionais
- **PEE** – Plano Estadual de Educação
- **PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento
- **PNE** – Plano Nacional de Educação
- **PRORURAL** – Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
- **PSEC** – Plano Setorial de Educação e Cultura
- **PROMUNICÍPIO** – Projeto de Cooperação Técnica Estado/Município
- **GERCA** - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
- **CNE** – Conselho Nacional de Educação

INTRODUÇÃO

A educação rural no Brasil, historicamente e apesar da produção agrícola ter alcançado por anos seguidos números sempre maiores para exportação, esteve sempre relegada a segundo plano em relação ao da cidade, resultado da dicotomia que ocorreu entre cidade e campo. Sempre que esteve em pauta, a educação rural, buscava atender a momentos de crises como o êxodo rural nas décadas de 1930, 1940 e 1950, altos índices de analfabetismo no campo brasileiro, modernização a agricultura e atualmente mediante pressão dos movimentos sociais.

A recessão e o êxodo rural reforçaram o caráter de exceção das escolas rurais no Estado do Paraná. Porém não só o caráter de exceção, mas também o cunho provisório, pertenceram, à referência da escola rural. É idéia corrente a de que, um dia, as pequenas e conhecidas escolas rurais deixarão de existir, já que processos de nucleação dessas escolas e o transporte escolar estão mais presentes no dia-a-dia dos alunos residentes no campo.

Considera, ainda, que, com o processo de municipalização, tudo o que se refira ao municipal histórico, como ao rural, interessa às novas políticas educacionais, aos acertos e mudanças que devem ser projetados.

Fazer uma leitura da conjuntura agrária do Estado e de sua dinâmica populacional é fundamental para analisar o processo através do qual ocorreu o surgimento e a paulatina diminuição das escolas rurais no Estado do Paraná. Objetiva-se, por meio deste estudo, verificar os dados da realidade de modo a compreender o que ocorreu no setor agrário e de que forma, as transformações agrárias intervirem e quais os impactos provocados na educação.

Assim sendo, no primeiro Capítulo é apresentado um quadro atual da educação rural no Brasil e um resgate histórico das políticas educacionais voltadas para as escolas rurais no Brasil, os projetos implantados, seus resultados e as discussões ocorridas em cada período histórico no Brasil, o que conduziu as discussões e quais as iniciativas adotadas.

O segundo capítulo vai mostrar a dinâmica populacional paranaense a partir da década de 1970, o que ocorreu no campo paranaense a partir da

modernização da agricultura, a troca de culturas e um intenso êxodo rural que provocou uma urbanização dos grandes centros regionais assim como da região metropolitana de Curitiba e os impactos destas alterações que determinaram a extinção de muitas escolas rurais, forçando um movimento de adequação destas à realidade no campo paranaense e de urbanização.

Assim, investigar como evoluiu a população paranaense, a colonização de algumas regiões do Estado e o processo de modernização da agricultura está diretamente relacionada a criação das escolas rurais no Paraná e ao declínio dessas. Com esse, esvaziamento generalizado do campo, as escolas rurais foram declinando e não tendo razão de existência. Com a modernização houve a concentração de terras no Paraná.

No capítulo três apresentamos as políticas adotadas pelo Governo do Paraná no que se refere a educação no campo a partir de 1930, com a implantação das Escolas Rurais em Curitiba, apesar do nome essas escolas não oferecia o que se desejava naquele tempo, o acesso à educação para os habitantes rurais, já que para frequentá-las os alunos teriam que abandonar as suas atividades no campo. Trata ainda da colonização do Norte e Sudoeste do Paraná que ainda não estavam totalmente colonizados naquele período (1940) e que a partir de suas ocupações, principalmente da área rural propiciou a criação das escolas rurais. Aborda os processos de nuclearização das escolas rurais e a tentativa de contenção do êxodo rural, a adoção do projeto escolas de campo e por último o Plano Estadual de Educação em 2005, que aborda a educação no campo com um item específico.

O capítulo quatro apresenta o mapeamento das escolas rurais no estado do Paraná tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio abordando sua concentração nas duas modalidades de ensino e em regiões do Estado. Apresenta também as semelhanças e contrastes entre escolas rurais de três municípios de diferentes regiões do Paraná, Cornélio Procópio no Norte Pioneiro, Campo Mourão no Centro-Ocidental Paranaense e Francisco Beltrão no Sudoeste Paranaense, abordando aspectos relativos a implantação e declínio das escolas rurais nesses municípios.

O que se buscará apresentar ao longo deste trabalho são aspectos relativos às políticas voltadas para a educação no campo desde 1930 até os dias atuais, as tentativas de implementação, as discussões sobre o tema e as soluções adotadas para a tentativa de oferecer educação aos alunos residentes no campo.

1. O ENSINO RURAL NO BRASIL

1.1 QUADRO ATUAL

Nas Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBs nº 9394/96 algumas questões sobre o ensino no campo foram contempladas. A possibilidade de um calendário próprio adequado ao período de produção, a construção de um currículo adequado as necessidades do campo foram abordadas.

No Brasil, a maioria dos alunos sempre frequentaram o ensino no meio rural de forma tardia e descontínua. Esta realidade remonta ao Império e atinge os dias atuais. Principalmente a partir da década de 70, as propostas curriculares buscavam a adaptação dos agricultores familiares ao modelo de agricultura desenvolvida, baseada na produção em larga escala.

Reconhecendo que a organização das escolas rurais não é uma preocupação recente, estudamos o processo de organização destas escolas.

À guisa de introdução, a organização do sistema de ensino para o meio rural, tem se configurado mais em concentração de pessoas nos ambientes rurais do que em uma organização voltada à população que vive no campo, que deveria considerar as especificidades rurais e não simplesmente realizar essa organização baseada no ensino da cidade, como o ano letivo que não respeita o calendário agrícola.

O ensino no meio rural apresenta algumas características que o acompanham desde o início da organização do sistema de ensino. No entanto, é a partir da década de 1930, que se solidifica a maneira pejorativa de como será tratada essa população.

Nesse período quando referia-se ao homem do campo, expressava-se uma forma de tratamento, carregado também de juízo de valor: uma vida pacata e sem perspectiva de desenvolvimento; suas atitudes demonstram o conformismo com a situação em que vivem; jeito simples e sem dinamismo ou

malícia; sotaque carregado que por muitas vezes usamos justamente para denotar a falta de instrução durante uma conversa ou brincadeira; a cordialidade e simplicidade dessas pessoas que dispendem pouco interesse, e o pensamento vigente de que o pouco que se faça por eles já está de bom tamanho.

O sistema público de educação rural tem historicamente, trabalhado com professores que vivem e são formados na área urbana; ou ainda com professores leigos que são um pouco mais do que alfabetizados. Os professores formados nas escolas urbanas acabam por se submeter ao trabalho em sala de aula, na área rural como uma fase inicial de sua carreira no magistério.

Os professores em início de carreira, não tendo outra opção assumem as vagas nas escolas rurais até que surjam vagas nas escolas urbanas, verdadeira meta profissional dos professores do sistema público. As escolas rurais pelo que se tem verificado em bibliografia, não teve um corpo de professores identificados com seus objetivos; não teve professores que considerassem a possibilidade de desenvolver uma carreira no ensino rural.

O agravamento das condições do sistema público de ensino rural no Centro-Sul do País, evidenciou-se ainda pela substituição do transporte dos alunos, realizado, em utilitários ou microônibus em direção as escolas urbanas mais próximas.

O material didático deveria ser preparado especificamente para os alunos do campo. Como os alunos em sua maioria estão localizados nas cidades estes acabam por possuir a preferência na escolha dos livros e materiais, e ainda o baixo custo representado pela grande tiragem de livros didáticos adotados nas escolas urbanas define sua adoção para as escolas rurais, dessa forma, acaba por contribuir para que o conteúdo ensinado nas cidades seja também levado para o campo, desconsiderando a realidade da área rural.

O sistema educacional público, não considera que o aluno da escola rural desenvolve atividades junto com seus familiares em sua propriedade. A criança ou o jovem estão inseridos nos trabalhos da propriedade rural familiar,

desde o início de sua vida. Essa inserção faz parte da sua sobrevivência e de sua família.

Cabe ressaltar que a educação no meio rural destina-se aos filhos de proprietários de poucas terras e/ou filhos de empregados das grandes propriedades atingindo ainda filhos de posseiros, arrendatários, meeiros entre outras formas de trabalho no campo.

Desta forma, com valores sociais hostis à forma de vida rural; com perspectivas de baixas rendas nas atividades rurais, a migração para as cidades apresenta-se como a melhor ou quase única alternativa de conseguir melhorar sua qualidade de vida.

O conhecimento ensinado e aprendido pela população que vive e trabalha na área rural envolve noções de Geografia (climatologia, topografia, pedologia, hidrografia, entre outras disciplinas), aspectos referentes à produção (plantação, cultivo, colheita), à criação de animais; além de questões relativas ao mercado econômico, às políticas agrícolas. Mesmo que esta não direcione seus conteúdos à realidade rural, reconhecemos que os conteúdos gerais são significativos para a elaboração de uma visão ampla do mundo local e da realidade global.

A recessão e o êxodo rural reforçaram o caráter de exceção das escolas rurais nas mais variadas regiões do Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste e reforçaram sempre o caráter provisório que predominava nesse meio. Isso justifica em parte a escassez de estudos sobre a escola no meio rural.

A Resolução CNE/CEB 001, de 03 de abril de 2002 definiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, denominação atual das escolas rurais:

(...) constituía um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a

Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país
RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.

As pressões realizadas pelos movimentos sociais principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) intensificaram as ações do Governo Federal nessa área com a realização de alguns projetos extintos e ainda em desenvolvimento dentre os quais podemos destacar :

- Edurural, que funcionou entre 1981 e 1987, e cuja realização exclusivamente no Nordeste tinha o objetivo de diminuir a diferença entre os índices de analfabetismo rural naquela região não conseguindo seu objetivo pela necessidade de envolvimento; e

- Escola Ativa que é uma estratégia metodológica criada para combater a reprovação e o abandono da sala de aula pelos alunos das escolas rurais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foi desenvolvido especificamente para as classes multisseriadas, onde alunos de diferentes idades e séries realizam suas atividades escolares na mesma sala de aula. O Projeto utiliza diversos recursos, desde a auto-aprendizagem e o trabalho em grupo, até o ensino por meio de módulos e livros didáticos especiais. Além disso, a Escola Ativa estimula a participação da comunidade e viabiliza a capacitação e atualização dos professores.

- Casas de Campo baseado na pedagogia da alternância avaliada de modo muito positivo, recebe diferentes nomes nas diferentes regiões do país como por exemplo Escolas Familiares em Minas Gerais e Espírito Santo e Casa Familiares Rurais na região Nordeste, busca conexões entre o estudo e o trabalho, entre as teorias e as práticas de educadores e educandos e, em especial, pela vinculação às atividades rurais familiares, em contraposição aos grandes empreendimentos capitalistas.

- Também merece destaque a experiência de Francisco Beltrão -PR, denominada Projeto Vida na Roça. Este projeto articula mudanças da estrutura curricular tradicional (centrado no desenvolvimento da comunidade), saúde e saneamento e produção (conhecimento, conservação e recuperação do solo, aumento da eficiência administrativa, agregação de valor, diminuição dos custos de produção, entre outros).

Desses projetos o que mais se destaca no momento atual, são as Casas de Campo, Escolas de Campo, Casas Familiares Rurais ou Escolas Família Agrícola, porque possui apoio dos Governos Estaduais, a nomenclatura varia em cada região do Brasil, porém todos possuem a mesma forma de funcionamento, baseada na Pedagogia da Alternância.

1.2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS NO BRASIL.

1.2.1 O Ruralismo Pedagógico (1920-1950)

Ao final dos anos 1920, início de 1930, surgiu um movimento denominado “ruralismo pedagógico” que se opôs à outra concepção de organização do ensino na área rural que apresentava as mesmas formações e conteúdos para as escolas rurais e urbanas. Valorizava a escola rural como campo de experiência e ensaio de processos agrícolas modernos. Expressava um discurso de diferenciação entre a escola de zona rural, de zona urbana e de zonas litorâneas. O “ruralismo pedagógico” tinha como principal objetivo a contenção do êxodo rural para as regiões do entorno das grandes cidades

Apregoava "Uma escola rural típica, acomodada aos interesses e necessidades da região a que fosse destinada:

(...) Uma escola que impregnasse o espírito do brasileiro, antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanhã dos campos, de alto e profundo sentido ruralista, capaz de lhe nortear a ação para a conquista da terra dadivosa e de seus tesouros, com a convicção de ali encontrar o enriquecimento próprio e do grupo social de que faz parte. (...) (CALAZANS, 1993)

Dentre os educadores que mais se sobressaíram na defesa de uma proposta pedagógica ruralista voltada para o ensino na área rural, foi Sud Menucci. Educador e ex-diretor da instrução pública no Estado de São Paulo, se empenhou na defesa dessa escola voltada exclusivamente para os interesses do homem no meio rural. Defendia que, para tanto, deveria-se contar com professores formados para atender a essa clientela e a ela dar toda a assistência necessária para sua permanência no campo.

Segundo WERLE (2005)

“Dentre as 112 teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba, em 1927, pelo menos três estavam diretamente ligadas ao ensino agrícola; nelas estava expressa a importância do reconhecimento do vínculo entre a educação agrícola

e a permanência da população no campo. Eram teses que falavam da urgência da “ressurreição agrícola no Brasil” de acordo com Penna (1927) citado por Costa, Shena e Shmidt (1997) e que o rumo do campo deveria ser a preocupação máxima dos dirigentes. Ferreira Filho detalhava, em sua tese n. 58, a importância do ensino agrícola prático em escolas rurais defendendo que as noções de agricultura deveriam ser incorporadas ao programa das matérias das escolas normais.”

E ainda cita :

“ a tradição agrícola e o prestígio do trabalho da roça. É ela que tem de dar combate renhido à rotina industrial e comercial, agrícola, pastoril, extrativa e manufatureira, por uma instrução aprimorada e eminentemente prática, que ensine a explorar os campos, a adubar a terra, a descobrir as águas, a criar gado, ave, abelha, a fazer queijo e manteiga, a extrair, preparar, armazenar e vender o que a natureza dá ao trabalhador humilde mais incansável. Cabe à escola propagar as noções que correspondem às necessidades sociais e econômicas da população rural..”.(MORAES apud WERLE, 1997, p.195).

Apesar das políticas públicas não brindarem o segmento populacional que morava no campo, existia a preocupação em adaptar os ensinamentos as escolas voltadas para eles. O levantamento bibliográfico realizado durante a pesquisa caracterizou esse movimento como uma tentativa de contenção do êxodo rural que ocorria naquele período histórico no país entre 1920 e 1940.

Nesse período, o Brasil possuía uma população maior na área rural que na urbana, segundo o Censo de 1940, 69% da população brasileira estava localizada na zona rural e 31% na urbana. Os atrativos da cidade pareciam maiores. A visão que prevalecia do ensino urbano e da cidade é que este sobrepujava o rural, que além de não possuir nenhum estímulo para freqüentar as escolas, essa freqüência era um “luxo inútil”, pois avaliava-se que jovens da

área rural pouco aprendiam na escola que pudessem levar para seu mundo.

A partir de 1930 as cidades se apresentaram atraentes, pois precisava de mão-de-obra para a indústria. A ridicularização da população rural, criticando sua forma de comportamento e expressão fez parte da estratégia de estímulo ao êxodo rural. O projeto urbano-industrial se concretizou através de um intenso processo de industrialização implementado nas principais cidades brasileiras da região Sul e Sudeste.

De um lado, criaram-se indústrias, na sua maior parte dependentes de matérias primas importadas, de outro, criava-se a necessidade de um mercado de força de trabalho para as fábricas que se instalavam. Uma das maneiras mais rápida e fácil de buscar mão-de-obra barata era o meio rural.

Agricultores abandonavam o campo, pela falta de uma política agrícola de valorização de seus produtos e por não terem as condições mínimas de adotar ou de enfrentar as novas tecnologias, ou as novas máquinas de preparar a terra, semear, colher, tirar o leite, aplicadas à agricultura e à pecuária e acabavam por engrossar a periferia das grandes cidades brasileiras.

Discutia-se também as dificuldades encontradas para se formar um professor para a área rural, visto que, para as escolas rurais, segundo os ruralistas¹, demandava-se a criação de escolas normais rurais.

Porém, também nesse setor, havia a dificuldade de formar professores específicos, dado que não havia universidades que possibilitassem a formação de professores para a área.

Era uma problemática que conduzia essa relação a um círculo vicioso: de um lado a falta de profissionais com preparação específica para o trabalho com o homem do campo e, de outro, a falta de instituição que propiciasse a formação desses profissionais, assim as escolas normais que tinham por objetivo a preparação desses professores para a atuação no campo acabavam por engrossar o contingente de professores da área urbana. Aqueles formados nas escolas normais rurais acabavam por atuar nos colégios

¹ Destacavam-se como defensores do ruralismo pedagógico Sud Menucci, Carneiro Leão e Alberto Torres

localizados na cidade.

A partir de 1930 a preocupação com a organização e qualidade do ensino no meio rural se fez mais presente. Problemas como precariedade da oferta de instalações, materiais didáticos e principalmente a formação precária e o acompanhamento quase inexistente dos professores em exercício eram insistentemente apontados.

As escolas rurais de educação básica continuam até hoje a apresentar essas características próprias em função da dispersão da população residente.

As preocupações da década de 1930 ainda estão presentes atualmente, os estabelecimentos ainda são, em sua maioria expressiva, de pequeno porte. Cerca de 70% dos estabelecimentos escolares que oferecem ensino fundamental de 1ª a 4ª atendem até 50 alunos e neles estão matriculados 37% dos alunos da área rural desse nível de ensino. Quanto a organização, o Censo Escolar 2002 mostrou que 64% das escolas que oferecem o ensino fundamental de 1ª a 4ª série são compostas, exclusivamente, por turmas multisseriadas ou unidocentes. Essas escolas atendem 1.751.201 alunos, resultando em turmas com, aproximadamente, 27 alunos. Essas turmas têm um único professor que ministra o conteúdo relativo às quatro séries iniciais do ensino fundamental.

O ruralismo pedagógico tinha assim como discurso basicamente realizar a fixação do homem à terra através da escola que seria responsável pela mudança no pensamento do habitante rural, fazendo-o observar os seus valores culturais e ao mesmo tempo integrá-lo a um sistema produtivo moderno.

Assim, a tarefa da escola seria suprir no educando essa falta de cultura, para que ele pudesse se integrar no processo produtivo no campo. Para os educadores que compõem essa corrente, a migração para a cidade tem sempre um caráter negativo. Como a contenção do êxodo, era inevitável, a proposta para a escola rural passou a ser a preparação do homem do campo para o exercício de atividades primárias na cidade.

A escola preocupava-se com a formação cultural e não com a questão profissional.

Assim, enquanto para os ruralistas pedagógicos era importante a educação voltada para os valores no campo com o objetivo de fixá-lo ao seu meio; para os urbanistas não se justificava uma educação diferenciada, mas um ensino comum, que preparasse o aluno para sua realização vocacional, na roça ou na cidade

Justificavam que:

“ (...) no mundo moderno a liderança cabe a cidade, pois é evidente que ela exprime o sentido em que deve se desenvolver o processo civilizatório. A coexistência não pode ser considerado, portanto, algo natural, mas torna-se nítida desarmonia se não der lugar ao processo de superação da oposição. E é claro que a desarmonia resulta numa situação contraditória, no sentido técnico da palavra, isto é, de uma negação gerada no seio de determinado sistema sócio cultural, como conseqüência de sua própria natureza, que se eleva lentamente como força tendente a superar o sistema de formação de novo equilíbrio (Cândido 1957 apud Werebe 1968, p.112)”

Era uma oposição ao que pretendia o ruralismo pedagógico, que culpava a escola pelo atraso das comunidades rurais, e acabava estimulando a saída do campo dessas populações.

A questão do êxodo rural no Brasil está relacionado ao Modelo Agrícola. É mais complexa do que somente o ensino rural, e não se pode culpar a escola por essa situação. A busca por soluções de seus problemas tem impulsionado o homem a procurar melhores condições de vida e não era diferente naquela época como não o é nos dias atuais.

“ A educação que se daria ao pequeno camponês teria o objetivo de fixá-lo ao seu meio. Com que direito, nas condições atuais do Brasil rural, pode-se pretender esta fixação do homem em regiões adversas,

numa situação de exploração e miséria? Mude-se a situação da vida no campo, torne-se a vida do camponês melhor e mais humana e as migrações rurais, poderão então diminuir” (Werebe, 1968. p. 114).

Ao longo da História do país observamos vários fluxos migratórios.

“os deslocamentos territoriais se dão ora por razões econômicas, ora por expectativas culturais e sociais experimentadas pelos indivíduos; ou ainda, pode ser que as migrações se dêem por imposições sistêmicas, quando os indivíduos ganham o contorno de meros executores de regras e determinações estruturais.” (Bassi et al. 2006)

Entre as décadas de 1940 e 1950, os nordestinos foram responsáveis por um amplo crescimento populacional de São Paulo, transformando-a na maior capital nordestina do país.

A partir da política da “Marcha para o Oeste” também na década de 1940, ocorreu a expansão da fronteira demográfica brasileira em direção ao Centro-Oeste. A modernização da agricultura e a decadente economia nordestina orientaram os fluxos migratórios em direção ao Sudeste. A construção de Brasília (1957/60) e depois da implantação da capital federal, levou um novo contingente migratório (principalmente de nordestinos) à Região Centro-Oeste. Nas décadas seguintes, com os projetos (oficiais e particulares) de colonização e a abertura das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre o Centro-Oeste transformou-se em área de atração populacional e dispersão, passagem principal para a Região Norte.

A escola não é responsável pelo abandono de uma região, mas sim a busca por melhores condições para sobrevivência, bem estar e por falta de perspectivas de melhoria na condição de vida nos locais de origem seja ele rural ou urbano.

Para os opositores do ruralismo, aqui citamos alguns deles, Fernando de Azevedo, Almeida Junior, Teixeira de Freitas não poderia se considerar a educação no campo como responsável pelos problemas que lá ocorriam, fatores como a industrialização, falta de recursos dos pequenos produtores, endemias e grande mortalidade infantil eram problemas que ajudavam a aumentar o fluxo migratório campo-cidade, conseqüentemente a escolas eram abandonadas.

Para Fernando de Azevedo:

“o sistema escolar brasileiro deveria estar organizado para oferecer igualdade de oportunidades aos alunos de todo o território brasileiro e além disso também oferecer diversidade de oportunidades visando facilitar o aproveitamento de todas as manifestações ativas que representam valores aplicáveis ao desenvolvimento e ao progresso dos diferentes grupos sociais (Azevedo. 1934, p.68)

O mesmo autor ainda ressaltava que a escola não ajuda a resolver nenhum dos problemas sociais e econômicos do campo; não os compreende, e às vezes desorienta a população rural com processos contraditórios. Isolada, solitária, e as vezes antagônica aos interesses do grupo, limita sua ação à tarefa de intelectualizar “quando não corre ao extremo oposto de industrializar-se exageradamente, deixando de lado fatores socializantes, de ação direta sobre o povo e de apoio valioso para evolução e o progresso da educação” (Azevedo. 1934, p.68)

Isso reforça o pensamento de que a escola não é responsável pelo êxodo rural, pois não cabe a ela a incumbência de fixar o homem nesse ou naquele meio. Se as condições econômicas não forem favoráveis à manutenção dos trabalhadores rurais no campo, não há qualidade de escola que garanta sua permanência ou fixação no lugar. Por ser a economia que determina, em última instância, as formas de organização de um povo,

somente ela, mediada pela política, poderia fazer com que o trabalhador rural passasse a ter acesso à terra, aos equipamentos agrícolas e às condições de sobrevivência favoráveis que pudessem mantê-lo em sua atividade agrícola.

Em 1942 o VII Congresso Brasileiro de Educação, relacionado aos problemas ligados a produção rural, apontava o elevado número de analfabetos na zona rural, e o contínuo aumento da migração rural, apesar dos esforços para a fixação no campo. A população brasileira urbana crescia em 41% e a rural 17%. Os dados de trabalho de menores e a quantidade de não proprietários trabalhando em terras alheias contribuíram para a criação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos em 1947:

“ Como a maior parte dos analfabetos concentrava-se na zona rural , a campanha se iniciou e se manteve com o propósito de estimular a educação no meio rural. Parece ter logrado seu intento, já que obteve uma redução de 5,3% do analfabetismo, entre 1940/1950, e de 11,21% entre 1950 e 1960.” (RAMOS, 1987, p. 38)

1.2.2 Extensão Rural (1940 – 1965)

Em 1948, implementa-se no Brasil, a assistência técnica com o nome de extensão rural ou assistência técnica educativa. Fazia parte da Comissão Brasileira Americana de Educação de Populações Rurais – CBCAR, e tinha por objetivo a implantação de projetos educacionais na zona rural. Era fruto de um acordo entre os Governos do Brasil e Estados Unidos. Contava com a realização de semanas ruralistas, dispunha de centros de treinamentos para professores rurais; implantou os Clubes Agrícolas e os Conselhos Comunitários Rurais. Para tanto foram colocados a disposição do Governo Brasileiro especialistas em educação e extensão rural e foram também oferecidas bolsas de estudos para treinamento das atividades de extensão.

A primeira fase, chamada “humanismo assistencialista”, prevaleceu de 1948 até o início da década de 1960. Nela os objetivos do extensionismo era o

de aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar o bem estar das famílias rurais com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir. Em geral, as equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e um da área de economia doméstica.

Os métodos dos extensionistas nessa época foram marcada por ações assistencialistas. Não discutiam os problemas com os agricultores, atendiam apenas as suas necessidades imediatas. A implantação das Missões Rurais durante a Campanha Nacional de Educação Rural nos anos de 1950 em Minas Gerais, ocasião em que segundo Barreiro (1994) tentou-se ocupar o tempo de lazer dos trabalhadores rurais de forma adequada que era considerado pelos técnicos como “ocioso, mal preenchido e inproveitado”. As festas de padroeiro, quermesses e leilões foram consideradas formas inadequadas de lazer.

Atividade como o teatro rural era considerado forma de implantar uma nova atividade de lazer, direcionando comportamentos considerados úteis para o homem do campo.

A segunda fase, que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito agrícola subsidiado 1964 a 1980, se chamou “difusionismo produtivista”. Significou a “modernização agrícola”, baseando-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, que exigia o acúmulo de capital expressos na obtenção de máquinas e insumos industrializados. A extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado. A Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER visava o aumento da produtividade, e para isso, buscava a mudança da mentalidade dos produtores; do “tradicional” para o “moderno”. Atendia mais aos interesses do capital brasileiro.

Ao vivenciar a extensão rural no Chile, em 1968, Paulo Freire critica o extensionismo brasileiro apontando neste, que os agricultores eram tratados como objetos, sem alternativas de diálogo ou participação. Freire questiona o termo extensão por seu significado: "transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação". Propunha o

diálogo e não a persuasão contida no extensionismo.

As questões rurais, nesta conjuntura, era compreendida e organizada mediante “pacotes” ou programas de absorção de tecnologias e novas relações de produção cuja origem era o meio urbano. Questões como as mediações e adequações a aclimatação de tais programas aos trópicos, sequer eram discutidas.

A década de 1950 foi marcada pela criação da Campanha Nacional de Educação Rural-CNER. A ideia de progresso estava em destaque no discurso do Governo Federal. O plano foi criado em 1952 por Getúlio Vargas e oficializado em 1956 por Juscelino Kubistchek. Estendeu-se até 1963.

Era um programa amplo, “ voltado para o desenvolvimento econômico; e para a melhoria das condições do nível de vida das populações nordestinas”. (DECRETO Nº 46.378, DE 7 DE JULHO DE 1959.)

Esse Decreto além de educação previa a construção e centros de treinamento voltados para a execução do projeto:

“ a organização de uma missão rural de educação, a construção, instalação e funcionamento de um centro de treinamento destinado a técnicos, auxiliares e líderes rurais, e instalação e financiamento ou custeio de uma emissora de educação rural e de duzentas escolas radiofônicas”.

As atividades desenvolvidas pela Campanha tinham dois pontos principais: as Missões Rurais e os Centros de Treinamento além de Cursos Especiais para a capacitação de pessoal da própria campanha. A experiência tinha como objetivo principal obter o maior número possível de elementos que permitissem indicar no Plano Nacional, diretrizes técnicas de processos educativos e assistências visando a melhoria das condições de vida econômica e social do meio rural.

“ O grupo de trabalho era composto por uma equipe de Agrônomos, Veterinários, Médicos, Enfermeiras Sanitaristas; especialista em

economia doméstica e indústrias rurais caseiras, Assistentes Sociais e Operadores de Rádio e Cinema. A equipe iniciou seu trabalho através da investigação dos interesses e necessidades de setores específicos como ensino, higiene, alimentação, recreação, agricultura e passou a desenvolver um programa educacional com base nas técnicas de ação individual e de trabalho em grupo promovendo cursos, palestras e reuniões.” (ARAÚJO.1999. p. 33)

A concepção econômica e política vigente na época pretendia transformar o homem do campo em alguém que se preocupasse com o desenvolvimento do país.

Algumas ações desenvolvidas na área da educação tinham objetivos específicos como o sanitarismo, a higienização, a habitação, além de procedimentos que prevenisse as endemias. Pretendia-se reduzir a taxa de mortalidade.

1.2.3 – Municipalização do Ensino

Em 1968, além da Lei 5.540/68 – Reforma Universitária, a Lei 5.692/71, decretada em 1971, tratou da estruturação do ensino de 1º e 2º graus. No que diz respeito ao ensino voltado para a população do campo definia responsabilidades para a implementação do ensino rural:

“Art. 49. As emprêsas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para os seus empregados e os filhos dêstes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a freqüência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades. “

Propõe, ao tratar da formação dos profissionais da educação, o ajustamento às diferenças culturais. Também prevê a adequação do período de férias à época de plantio e colheita de safras e, quando comparado ao texto da Lei

4.024/61, a 5.692/71 reafirma o que foi disposto em relação à educação profissional, e ainda “facilita” a frequência de filhos de seus empregados às escolas mais próximas.

Convém ressaltar que essa “facilidade” demandava um investimento em transporte, manutenção de instalações em caso de escolas em propriedades particulares e naturalmente não era um interesse primordial dos empregadores realizar esse investimento, causando assim, um entrave no cumprimento da Lei.

Novamente a realidade rural não pode ser levada ou incorporada ao aprendizado do aluno. A legislação não incorporou propostas destinadas exclusivamente ao habitante rural e nem mesmo direcionou políticas nesse sentido.

Essa mesma lei acabou por abrir precedentes ainda maiores para a municipalização do ensino primário e em conseqüência o ensino rural, haja visto que o simples fato de alfabetizar a população rural já era suficiente para considerar uma educação existente no campo.

No parágrafo único do artigo 58 da lei 5.692/71, determina a progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargo e serviços de educação, especialmente de 1º grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações locais, ou seja a municipalização do ensino de 1º grau a partir dessa lei estava sendo implementado. As escolas rurais passaram exclusivamente à responsabilidade dos municípios. A mesma lei procurou assegurar a toda população brasileira oito anos de ensino fundamental obrigatoriamente.

O ensino municipal representa a mais pobre e precária das redes de ensino do país, atendendo os segmentos mais marginalizados da sociedade, sobretudo da área rural. Considerando-se que, o novo modelo de ensino fundamental proposto para a escola de oito anos é o modelo de uma escola cara face aos recursos materiais e humanos existentes no País. Além de dobrar o número de anos de escolarização obrigatória implica admitir professores formados em nível superior para as 5ª e 8ª séries, as quais demanda, assim, maior número de docentes para um mesmo conjunto de alunos. Para a maioria dos municípios brasileiros, predominantemente rurais, a

ampliação de 4 para 8 séries de todo inviável sem a possibilidade de criação de incentivos para o recrutamento de pessoal de outras regiões geográficas para o seu sistema educacional.

Os municípios em sua maioria não possuem orçamento para a contratação de professores suficientes e para a manutenção da estrutura física dos imóveis onde estão localizadas as escolas, a municipalização, portanto, para a maioria dos municípios é um desafio que exige um grande empenho e vontade dos seus administradores.

1.2.4 Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1985)

Entra em vigor em 1972 no Governo do Presidente Médici o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I) cujos objetivos pretendia a transformação do Brasil em um país desenvolvido em pouco tempo. No Plano Nacional de Desenvolvimento I está o I Plano Setorial de Educação e Cultura que tinha entre seus princípios a educação como um direito natural e individual e dever do Estado torná-lo efetivo, devendo não mais a escola transmitir o saber da escola tradicional, e sim os conhecimentos científicos; desenvolvendo aptidões técnicas, formando profissionais e cientistas capazes de assegurar o desenvolvimento da comunidade. O discurso da modernização acompanhava também o Plano Setorial de Educação e Cultura - PSEC e nesse período todas as manifestações culturais, sociais e educacionais além das estratégias industriais e agrícolas deviam seguir o mesmo objetivo.

Em 1975, tendo desempenhado um importante papel na consolidação das escolas rurais paranaenses, implantam-se os projetos de Reformulação do Currículo e de Assistência Técnica aos Sistemas de Ensino. Iniciou-se o Projeto de Cooperação Técnica Estado-Município para a estruturação de redes municipais de ensino. Este projeto originário do MEC foi denominado PROMUNICIPIO.

A educação rural na década de 1970 foi marcada segundo Calazans (1993, p.37) pela transformação social e pelas relações de trabalho.

Essa modificação na zona rural, trazia mais uma vez a necessidade de adaptação ou integração ao novo por parte do habitante rural:

“ O desenvolvimento rural das duas décadas (60 e 70) torna-se, assim, um instrumento ou meio para provocar mudanças sociais na realidade rural. A mudança social é definida como toda modificação nas relações sociais existentes no meio rural que possibilite a melhoria das condições materiais e, especialmente, da participação política e institucional dos grupos menos privilegiados”

Percebe-se uma diferença entre o período do “ruralismo pedagógico” e o momento da “modernização do campo”, o foco que anteriormente era a contenção do êxodo rural, conforme desejavam os ruralistas e que tinham como grande problema o fascínio que a cidade exercia sobre os habitantes do campo e a industrialização que necessitava de mão-de-obra para suas atividades e para isso tentaram utilizar a escola, e, nesse momento passa a ser a escola a disseminadora das técnicas voltadas para a melhoria da produção e propulsora do desenvolvimento nacional, discurso contidos nos planos de desenvolvimento.

1.2.5 A Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

As recentes transformações ocorridas e os impactos sociais no campo, influenciaram decisivamente nas diretrizes e bases da oferta e do financiamento da educação escolar.

Nos artigos 208 e 210 da Constituição Brasileira de 1988, é inspirada, de alguma forma, numa concepção de mundo rural enquanto espaço específico, diferenciado e, ao mesmo tempo, integrado no conjunto da sociedade, ou seja não se pode conceber o campo como algo isolado da cidade, esses espaços estão interligados por meio de relação de produção e trabalho, não conseguem se articular isoladamente apesar de possuírem características próprias.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96 – estabelece no Art 28 que:

“Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente.

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;*
- II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;*
- III-adequação à natureza do trabalho na zona rural.*

Os artigos 23 e 24 da LDB estabelecem a adequação do calendário escolar em função das peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, possibilitando a independência do ano letivo ao ano civil. Garante ainda "*aos cidadãos, grupos de cidadãos, associação comunitária, organização comunitária, entidade de classe ou outra legalmente constituída*", a organização do ensino em seus diversos níveis, desde que respeitem a base nacional comum, abrindo a possibilidade da complementação com conteúdos diversificados, atendendo as exigências regionais e locais da sociedade, cabe nesse contexto utilizar esses artigos para desenvolver currículos específicos para as escolas rurais, respeitando as características e culturas locais.

Ao tratar da diversidade do atendimento escolar, a Lei 9.424/96 regulamentou o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF/1996, estabelecendo uma diferenciação de custos por aluno nas escolas rurais.

Reconhece a necessidade de um aporte maior de recursos em função da menor densidade populacional e da proporção entre professores e alunos, porém essa diferenciação não é levada em consideração quando da realização dos investimentos nas escolas rurais e urbanas, as primeiras não recebem a prioridade devida. Mesmo que os municípios recebam orçamento para a educação.

Em 2001, embora não dedique uma seção particular à educação do campo, a Lei 10.172/2001 que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) aborda o tema no tópico sobre o Ensino Fundamental, nos seguintes termos:

“A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de

ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta das quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade".

Outras metas do PNE pertinentes ao ensino fundamental no campo são:

"17 - Prover de transporte escolar as zonas rurais, quando necessário, com colaboração financeira da União, dos Estados e dos Municípios, de forma a garantir a escolarização dos alunos e o acesso à escola por parte do professor.

Temos assim que o transporte é utilizado nessa situação, para levar os alunos do campo para as escolas mais próximas ou seja para as cidades. Continua assim, o processo de urbanização das escolas rurais.

O campo é lembrado no PNE também no tópico referente à educação profissional:

"12 – Reorganizar a rede de escolas agrotécnicas, de forma a garantir que cumpram o papel de oferecer educação profissional específica e permanente para a população rural, levando em conta seu nível de escolarização e as peculiaridades e potencialidades da atividade agrícola na região.

13 – Estabelecer junto às escolas agrotécnicas e em colaboração com o Ministério da Agricultura cursos básicos para agricultores, voltados para a melhoria do nível técnico e das práticas agrícolas e da preservação ambiental, dentro da perspectiva do desenvolvimento auto sustentável."

A maioria dos alunos de escolas técnicas agrícolas são oriundos da

cidade, vivem em regime de internato e aprendem técnicas voltadas para as atividades agrícolas, porém não possibilita o acesso da comunidade a ela, já que possui número limitado de vagas e não absorvem toda a clientela de alunos rurais.

Em 1997, o Ministério da Educação formulou os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, para o Ensino Fundamental, cujo documento introdutório reconheceu a existência de mais de 280 mil docentes atuando na zona rural, parcela significativa dos quais não possuíam habilitação específica e sequer formação escolar básica completa. Ao definir a natureza e objetivos dos PCNs, o documento adota o pressuposto de que há conhecimentos socialmente necessários à formação de todo cidadão, independentemente de condição territorial, cultural ou socioeconômica:

“Se existem diferenças socioculturais marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado.” (Brasil. SEF, 1997, p. 28)

Apesar do reconhecimento da diversidade, os PCNs não consideraram as especificidades do campo, mencionada episodicamente como fator a ser considerado na “*adaptação*” dos temas transversais ou na “*adequação*” dos critérios de avaliação:

“A grande abrangência dos temas não significa que devam ser tratados igualmente; ao contrário, exigem adaptações para que possam corresponder às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola. As características das questões ambientais, por exemplo, ganham especificidades diferentes nos campos de seringa da Amazônia e na periferia de uma grande cidade.” (Brasil. SEF, 1997, p. 45).

1.2.6 Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo

Frente às persistentes omissões, lacunas ou do tratamento inadequado das necessidades educativas singulares à população do campo nas políticas educacionais conduziu o Conselho Nacional de Educação- CNE a sancionar, em fins de 2001, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. As Diretrizes derivaram do Parecer 36/2001 elaborado pela relatora Edla de Araújo Lira Soares.

Em conformidade com a LDB, as diretrizes preconizam: garantir o respeito à diversidade do campo, nos seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia; garantir a autonomia institucional para elaboração das propostas pedagógicas das escolas do campo, sempre que orientadas para o desenvolvimento sustentável e desde que respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais; garantir a flexibilização da organização do calendário escolar, e o desenvolvimento das atividades em diferentes espaços pedagógicos; garantir a gestão democrática das escolas, estimulando a autogestão, a autonomia e o fortalecimento da organização de conselhos que implementem um programa de desenvolvimento para a população do campo; e por fim, propõe, sob responsabilidade da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o atendimento escolar à Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, incluindo a alfabetização para aqueles que não concluíram a escolaridade na infância e juventude.

Em agosto de 2002, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, lançou para discussão o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, propondo quatro programas estratégicos, e dentre eles, a "Renovação da Educação Rural". O Plano não se concretizou.

Na ausência de políticas públicas específicas, na última década do século XX o governo federal deu início a alguns programas educativos que contemplaram populações do campo, como o Escola Ativa, o Proformação e o Alfabetização Solidária.

Percebe-se nesse resgate histórico que as preocupações com as escolas rurais, ao contrário do que muitos pensam, sempre estiveram presentes nos discursos e debates dos professores e intelectuais de cada período da história do país. Porém, o que prevalecia em cada período de discussões não eram as necessidades da comunidade rural, mas, o êxodo rural, a produção agrícola, o desenvolvimento regional e atualmente o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental.

A escola rural passou ao longo dos tempos por inúmeros planos e tentativas de implementação, que embora estivessem carregadas de bons discursos e belas intenções de alguns segmentos sociais, acabaram por esbarrar nas especificidades do meio rural que não eram levadas em consideração no planejamento dos projetos a ele destinado.

Outro impedimento para a manutenção destas escolas foi o processo de industrialização por que passou o país. As dificuldades apresentadas pelas escolas rurais referem-se em parte, até hoje, aos problemas oriundos do processo de urbanização.

2. DINÂMICA POPULACIONAL PARANAENSE

O Estado do Paraná, após passar por momentos de atração populacional entre as décadas de 1950 a 1960, com intensos fluxos de imigrantes para as regiões de fronteiras agrícolas, sobretudo para o norte do estado, embrenha-se numa retração aguda a partir de 1970 (MARTINE, 1987).

Essa afirmação caracteriza os períodos de colonização do Norte e Sudoeste do Paraná, períodos de grandes fluxos migratórios de paulistas e mineiros para o Norte e gaúchos e catarinenses para o Sudoeste. A expansão da agropecuária no Estado proporcionou o aumento da população nos períodos seguintes porém essa população a exemplo do Brasil, ampliava-se em maior proporção na zona rural em detrimento da urbana, face à possibilidade de adquirir suas próprias terras e do estímulo por parte do Governo federal à ocupação de áreas desabitadas no país e particularmente no Paraná através da implantação da Colônia Agrícola General Osório – CANGO.

Pelo cenário que foi retratado e que se desenvolveu a partir de da década de 1940, a população paranaense, chega ao início da década de 1970, com uma base eminentemente rural, conforme constatamos na Tabela 1, superando em muito o contingente urbano. As raízes desta situação encontram-se na história de sua economia tradicional, fundamentada em atividades ligadas ao mundo rural tendo na região Norte do Estado o maior pólo cafeeiro do país.

Durante a década de 1970, e já presente ao final da década de 1960, o crescimento populacional paranaense é quebrado e sua situação rural-urbana inverte-se. Pela primeira vez, a população urbana superaria a população rural, como podemos veriificar na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução da População Paranaense – 1940-2000

ANO	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1940	302.272	24,45	934.004	75,55	1.236.276
1950	528.288	24,97	1.587.259	75,03	2.115.547
1960	1.305.927	30,91	2.962.312	69,09	4.268.239
1970	2.504.378	36,40	4.425.490	63,60	6.929.868
1980	4.472.561	58,93	3.156.831	41,07	7.629.392
1991	6.197.953	73,35	2.250.760	26,65	8.448.713
2000	9.563.456	84,33	1.777.374	15,67	11.340.830

Fonte IBGE – Censo Demográfico 1940-2000

Segundo Martine (1987)

“ na década de 1950 a urbanização no estado crescia em 25%, passando para 36,1% em 1970, e para 76,7% em 1995”.

A população rural até 1970 era predominante. *“O crescimento progressivo da população urbana se fez em um curto espaço de tempo e foi diferenciada entre as regiões paranaenses.” (MARTINE, 1987)*

É a partir de meados de 1970 que a dinâmica populacional se inverte de predominantemente rural para urbano.

Cabe ressaltar que somente o Norte do Paraná possuía 53,57% de toda a população paranaense e que desses 68,7% estavam estabelecidos no meio rural.

O processo de modernização da agricultura afeta essa população. A estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, concentra-se a mecanização e o uso de insumos intensificam-se; Antigas parcerias (meeiros, parceiros, arrendatários) são desfeitas e as exigências para obtenção de crédito agrícola contribuiu ainda mais para a concentração da terra, conseqüência da perda de inúmeras safras e dos juros altos cobrados pelos empréstimos bancários ligados ao crédito agrícola.

Somente no Norte do Paraná entre 1970 e 1980 ocorreu uma redução de 1.138.164 habitantes na zona rural. Nas outras mesorregiões² geográficas do Estado não foi tão acentuado já que em todo o Paraná a redução no mesmo período foi de 1.298.209 habitantes rurais, essa população procuraram os centros regionais como as cidades de Maringá, Londrina e a região metropolitana de Curitiba, sendo essa devido à atração exercida pela implantação da Cidade Industrial de Curitiba, estendendo seu deslocamento para outras regiões do país.

Podemos observar a evolução da população do Paraná nas Mesorregiões geográficas na Tabela 2 e visualizar no Mapa 1.

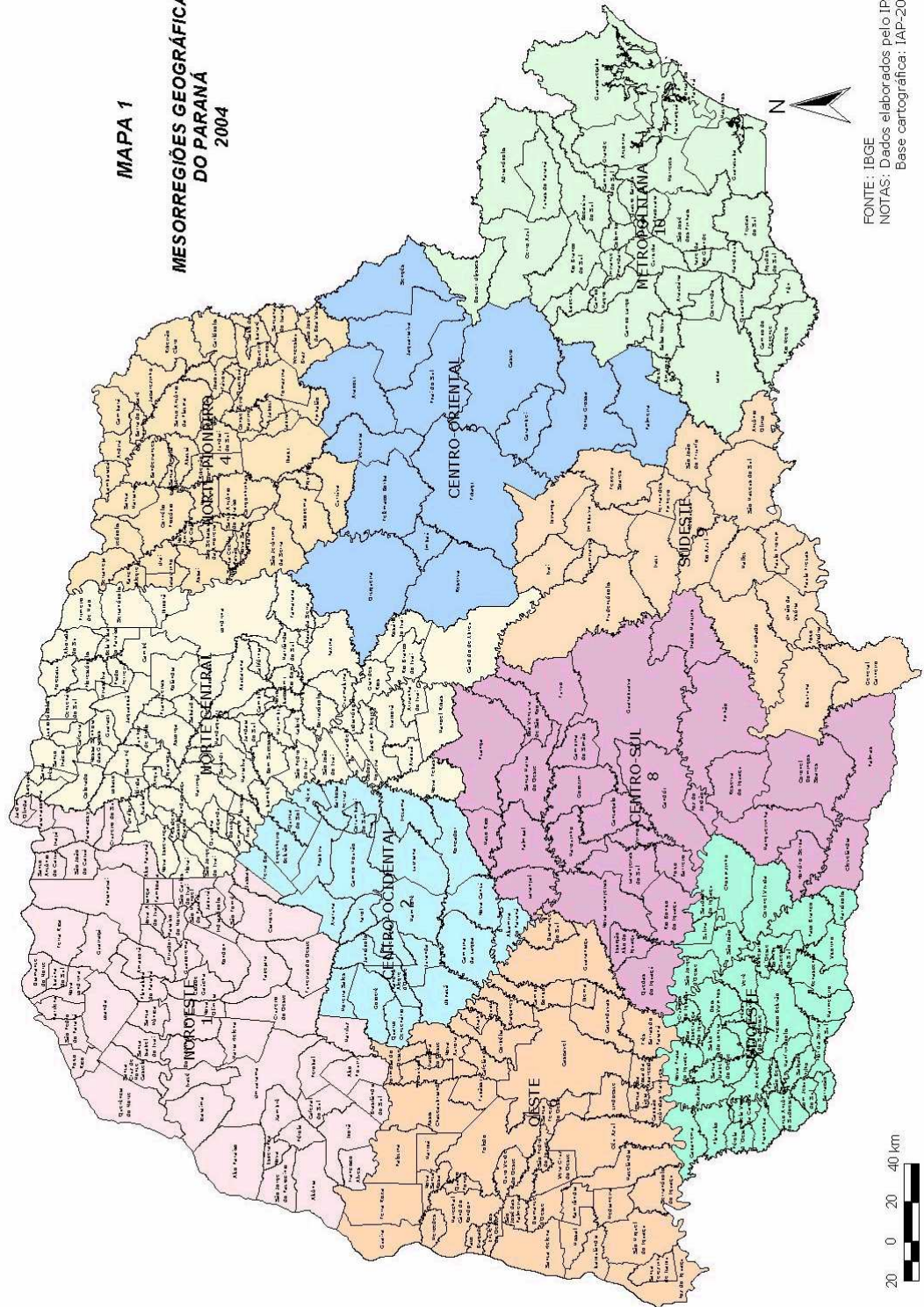
Tabela 2 – Evolução da população Urbana e Rural do Paraná segundo Mesorregiões Geográficas do Paraná entre 1970 e 1991.

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	URBANA			RURAL		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Noroeste	253.507	360.966	441.752	709.291	385.506	213.552
Centro Ocidental	101.698	170.450	293.324	444.689	244.772	152.581
Norte Central	607.504	964.444	1.332.449	914.046	494.645	300.151
Norte Pioneiro	208.124	271.153	356.259	496.077	300.526	198.313
TOTAL NORTE	1.170.833	1.767.013	2.423.784	2.564.103	1.425.449	864.597
Centro Oriental	182.633	287.542	404.127	172.620	185.101	142.787
Oeste	149.516	484.504	716.857	602.917	476.205	273.660
Sudoeste	79.056	143.270	225.600	371.484	343.935	252.393
Centro Sul	80.668	182.337	241.601	250.962	293.384	258.841
Sudeste	74.808	114.461	153.830	193.022	188.060	194.505
Metropolitana	765.696	1.479.346	2.073.506	285.117	229.882	233.350
TOTAL PARANÁ	2.503.210	4.458.473	6.239.305	4.440.225	3.142.016	2.220.133

Fonte : MORO (2001)

² Mesorregiões Geográficas – Classificação do IPARDES – em um total de 10 Mesorregiões (Metropolitana de Curitiba, Sudeste, Centro-Sul, Sudoeste, Oeste, Centro Ocidental, Centro-Oriental, Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste).

MAPA 1
MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS
DO PARANÁ
2004



FONTE: IBGE
 NOTAS: Dados elaborados pelo IPARDES
 Base cartográfica: IAP-2004

A distribuição espacial da população paranaense, segundo as mesorregiões geográficas do Estado e sua participação percentual sobre o total do Estado, aponta um decréscimo na participação das mesorregiões do Norte do Estado, em especial, na década de 1970. Isso demonstra o deslocamento de sua população para outras mesorregiões e para outras regiões do país como, por exemplo, o Centro-Oeste e Norte do Brasil.

Os dados censitários do IBGE (1991) revelam que no Paraná, mais de 2.650.000 pessoas abandonaram o campo. Parte considerável migraram para as cidades, uma parcela conseguiu se integrar ao sistema urbano, porém, os mais descapitalizados, permanecem sofrendo por conta dos efeitos negativos da modernização. Parte destes organizaram-se em Movimentos Sociais.

Atualmente temos as maiores concentrações populacionais no entorno das regiões pólos (Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu) e região metropolitana de Curitiba. O desmembramento de vários municípios e a falta de perspectiva para o trabalhador rural serviu de elemento motivador para o êxodo rural.

Porém em menor escala, esse êxodo rural gradualmente desloca a população do campo e em consequência disso as escolas rurais também se esvaziam a deixam de existir.

3. O ENSINO RURAL NO PARANÁ

3.1 As Escolas de Trabalhadores Rurais

Assim como no restante do Brasil, as escolas rurais no Paraná também eram uma necessidade. As escolas rurais no Paraná surgiram diante da necessidade de se oferecer ao meio rural instrução primária. A falta de escolas primárias rurais, segundo SANTOS (1933) era realidade nacional, no início dos anos 1930, retratava:

“ A nossa instrução pública, da escolas primária às academias, era um sistema de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo”

E ainda

“ a crise do governo, crise de ensino, crise desintegradora, tudo são reflexos de um fenômeno só: a crise da escola primária”.

No Paraná, havia reivindicações por escolas primárias na zona rural, a exemplo de todo o Brasil, fruto do auge do “ruralismo pedagógico” e os argumentos se pautavam na valorização da vida no campo em detrimento da vida na cidade, “os jornais estaduais da época criticavam a ausência de serviços, escolas e de apoio social para os habitantes que residiam no campo” (PRYJMA, 1999)

A valorização do urbano por causa da indústria sobre o rural era clara, e isso acabava por estimular o êxodo rural embora as intenções fossem de fixar o homem no campo. As escolas rurais existente no Paraná, estavam instaladas nas propriedades rurais e eram de responsabilidade dos proprietários. Poucos ficavam nas confluências das estradas ou nos bairros e vilas rurais. Eram dirigidas por professores leigos ou por professores que vinham da cidade e estavam nessa situação transitoriamente até conseguirem uma vaga na escola da cidade.

No governo do interventor Manoel Ribas em 1934, são criadas as escolas rurais e em Ipiranga na região dos Campos Gerais, município que atualmente possui 70% de sua população residente na zona rural. A escolas

foi criada para a formação de professores técnicos em agricultura e pecuária.

MIGUEL Apud PRYJMA, 1999, p. 78 afirma:

“ a intensa povoação das terras do Estado e a conseqüente demanda pela Educação, fez com que o Governo Ribas visse na escola rural o meio de preparar adequadamente o trabalhador para desenvolver o trabalho do campo. A razão da abertura de escolas rurais era a mesma da implantação do ensino industrial. Decorria das transformações econômicas-sociais inerentes ao desenvolvimento da etapa urbano-industrial, tanto sob a forma de multiplicação de instituições escolares preexistentes, como sob implantação de novos tipos dessas instituições”

A primeira construção destinada ao funcionamento de uma Escola de Trabalhadores Rurais no Paraná ocorreu em 1934. Tinha todas as acomodações necessárias para duzentos alunos internos e para seiscentos alunos externos. Foi criada e mantida pelo Estado por meio do Decreto nº 234, de 22 de fevereiro de 1935, sua sede era o município de Curitiba. Formava profissionais para a agricultura com conhecimentos técnicos e práticos suficientes para atender as necessidades da lavoura e da pecuária do estado.

As escolas rurais possuíam um curso primário, considerado o ensino fundamental - 1º ciclo e 2º ciclo, com duração de quatro anos e seguiam as mesmas instruções das demais escolas primárias do Estado. Seu corpo docente era constituído exclusivamente de professores normalistas e estavam sob tutela da Diretoria Geral de Educação. O ensino era teórico e prático e possuíam salas apropriadas para o ensino teórico e campo de culturas, aparelhadas com máquinas agrícolas, posto de avicultura e apicultura, serralheria, cultura de legumes e frutos e outras oficinas como a de carpintaria.

Segundo o Relatório apresentado ao Interventor Manoel Ribas, pelo Secretário de Estados de Negócios e Fazenda e Obras Públicas em 1935, o

ensino teórico deveria ser ministrado no campo, sempre que possível, as aulas teóricas possuíam uma carga horária semanal de 3 aulas de 50 minutos e as práticas de no mínimo duas horas e eram distribuídas de acordo com a necessidade do ensino.

Além da preocupação com o ensino agrícola as escolas rurais tinham a finalidade de disseminar a instrução primária ou seja era importante a alfabetização, sendo dividida em três cursos:

- Primário (fundamental – 1º ciclo e 2º ciclo) – que seguia as orientações e programas utilizadas nas escolas primárias do Estado;
- Complementar – ministrado em dois anos e dividido em quatro semestres;
- Profissional – ministrado em dois anos e dividido em quatro semestres.

Devemos considerar que os alunos não vão à escolas por causa de sua condição econômica e não por causa de regimes letivos.

Pelo decreto nº 7.782/39, de 06 de janeiro de 1939, o Governo estadual aprovou o novo regulamento das escolas rurais que passaram a ser chamadas de Escolas de Trabalhadores Rurais do Paraná. A instalação da primeira ocorreu em Curitiba. Foram criadas também as escolas rurais para o sexo feminino, que além das disciplinas que eram ministradas para o segmento masculino tinham como complemento os ensinamentos de educação doméstica.

Criaram-se ainda, os cursos de Primário Agrícola e Agrícola Profissional. O primeiro com duração de quatro anos, era constituído na primeira fase igual ao ensino elementar dos grupos escolares do Estado e paralelamente compreendia trabalhos práticos de agricultura e pecuária. Cobrava-se uma taxa de matrícula e comprovação da idade entre 10 e 14 anos e poderiam ser admitidos gratuitamente como alunos internos menores abandonados, órfãos, desde que, a juízo do Governo.

Já o curso Agrícola Profissional era ministrado em três anos distribuído e agrupado em oito cadeiras e os critérios de provas e seu julgamento, bem como a atribuição de notas do curso, era o mesmo adotado nos

ginásios oficiais. Ao término do curso, o aluno recebia o título de Capataz Rural.

Para o Curso Agrícola Profissional, os candidatos deveriam ter entre 14 e 18 anos de idade, ter freqüentado o curso primário, ter freqüentado o último ano do Curso Primário Agrícola e ser encaminhado por uma autoridade competente, também eram condições.

Em 1944, funcionavam as seguintes Escolas de Trabalhadores Rurais no Paraná conforme demonstra a Tabela 3 e a localização destas apresentadas no Mapa do Estado (Mapa nº 2).

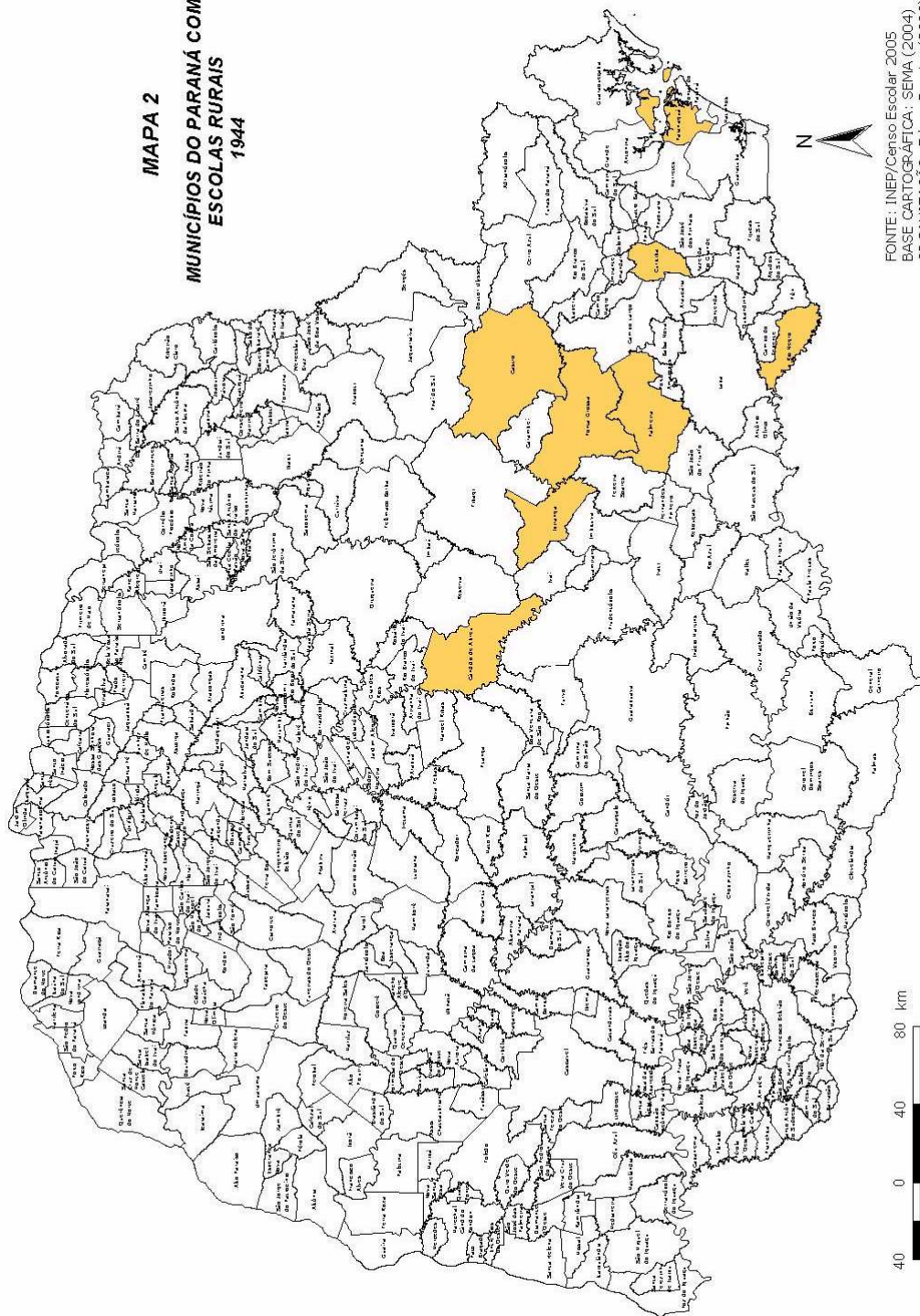
Tabela 3. Municípios do Paraná com Escolas de Trabalhadores Rurais em 1944

Escola	Localidade	Capacidade
Escola de Trabalhadores Rurais "Campo Comprido"	Curitiba	40 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Canguirí"	Curitiba	.85 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Getúlio Vargas"	Palmeira	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Rio Negro"	Rio Negro	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Augusto Ribas"	Ponta Grossa	100 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Olegário Macedo"	Castro	1 10 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Faxinal de Catanduvas"	Cândido de Abreu	65 alunos
Escola de Trabalhadores Rurais "Ivaí"	Ipiranga	65 alunos
Escola de Pescadores "Guaratuba"	Guaratuba/ Pguá	65 alunos
Escola de Pescadores "Antônio Serafim Lopes"	Ilha das Cobras/Pguá	65 aiunos
Total de capacidade		760 alunos
Alunos internos		800 alunos

Estas escolas foram implementadas:

“ (...)por várias razões não produziu os resultados que seria de esperar. Foram apenas, tais escolas, na maioria dos casos, um mau abrigo de menores abandonados, com frequência de menores com desvios de conduta moral, compulsoriamente orientados para uma atividade profissional determinada, que, de comum, não foram seguir quando deixaram a Escola, e educados sem assistência e a técnica pedagógica que o seu caso particular requeria.” PRYJMA apud PILOTTO, 1999)

MAPA 2
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
ESCOLAS RURAIS
1944



FONTE: INEP/Censo Escolar, 2005
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Barreiro (2006)

Observamos ainda, que essas escolas foram implantadas em regiões de pouca agricultura e áreas maiores para a pecuária. Neste contexto o Norte do Paraná vivia o auge de sua colonização e seus sítios, chácaras e fazendas possuíam escolas. Além disso, essas escolas estavam localizadas nos municípios próximos das grandes cidades como, Curitiba, Ponta Grossa, Paranaguá e Castro e que possuíam maiores contingentes populacionais na época.

As políticas do Estado voltadas para as Escolas Rurais não atendem as regiões Norte e Sudoeste do Paraná naquele período e sim às regiões de colonização mais antiga como o litoral e a região colonizada pelo tropeirismo e extração de erva-mate e que já possuía um maior contingente populacional.

Nessa época no Paraná houve oposição à esta política, a idéia de preparar trabalhadores por junção da escola primária era rejeitada por Erasmo Pilotto.

Aparece claramente a oposição ao “ruralismo pedagógico” em um estudo sobre a formação dos professores no Paraná. Para PILOTTO apud PRYJMA (1999) a escola primária deveria ministrar uma educação geral, permitindo a aquisição mínima de conhecimentos necessários à formação do aluno:

“ Ensinar o indivíduo a ler, a gostar de ler, a ler bastante, por exemplo, é Educação Geral (...) É essa educação geral, essa educação que todos os indivíduos devem ter, qualquer que seja o que eles venham a ser mais tarde, que a escola primária deve procurar dar a todos. Isso e nada mais.”

Temos em PILOTTO a anteposição ao “ruralismo pedagógico, a criação das escolas rurais primárias e a sua trajetória no que diz respeito à compreensão das suas propostas, expressam que, na sua ação prática, mostrou-se insuficiente para atender a realidade educacional. Além disso, trouxe como consequência a falta de uma investigação da realidade social, em relação aos modelos idealizados pelos educadores da Escola Nova,

para a definição da função social do ensino primário. As dificuldades que surgiram, tanto na gestão quanto nas tentativas de implementação de estratégias, atestaram, sobretudo, a complexidade e diversidade de funcionamento dos processos educacionais.

A escola primária ao ser concebida como escola do trabalho, deveria espelhar no seu ensino, no que diz respeito ao rol de disciplinas, tal caracterização. Para tanto, além de selecionar as matérias a serem ministradas, preocuparam-se em agrupá-las em áreas cujos títulos expressavam os diferentes aspectos da educação de primeiras letras. Por princípio, todos os estudos partiriam da realidade concreta do aluno, paulatinamente alargando o campo de conhecimentos a regiões mais distantes ou conceitos mais abstratos. O que ocorreu foi a tentativa de tecnificar o aluno e não transmitir os conhecimentos sobre a sua realidade.

As disciplinas ministradas, ou no dizer da Pedagogia da Escola Nova, vivenciadas em classe, para o ensino primário, seriam as seguintes: geografia, ciências físicas e naturais, linguagem, desenho, trabalhos manuais, aritmética, geometria e história pátria. Assim, produzia-se uma nova proposta de ensino primário, não na sua forma de estruturação dos programas, que foram somente reimpressos, mas na discriminação de como as atividades deveriam ser trabalhadas.

Assim como no Brasil, também no Paraná ocorreu o debate entre os ruralistas e urbanistas, porém nenhuma das propostas foram implementadas pelo Estado, a preocupação era com os contingentes populacionais já fixados nas antigas regiões do Paraná enquanto as outras regiões ficaram relegadas a um segundo plano.

3.2 A Colonização do Norte e Sudoeste do Paraná

A vinda de migrantes para o Norte do Paraná na primeira metade do Século XX, em sua grande maioria do interior paulista, em menor proporção do interior de Minas Gerais e outros em menor escala como Nordestinos,

ocorreu de forma acelerada pela proposta de colonização desenvolvida pela Companhia de Terras Norte do Paraná-CTNP, empresa inglesa que havia adquirido do governo do estado do Paraná 515 mil alqueires paulista em troca da criação de infra-estrutura, colonização e comercialização de terras nessa área onde o Estado não possuía condições financeiras de realizar uma colonização oficial naquele momento da história.

A colonização do Paraná passou a ser uma preocupação do Estado já que a região norte e sudoeste do estado eram desprovidos de núcleos urbanos, algumas iniciativas de colonização espontânea aparecem no Norte Pioneiro com as colônias de Jatai, Siqueira Campos e Thomazina. Porém o Estado assume os projetos de colonização e ainda incentiva as companhias colonizadoras a desenvolver os seus projetos de colonização.

O estímulo econômico para essa colonização baseou-se na facilidade de aquisição e pagamento de propriedades rurais e a principal empresa colonizadora que atuou no Norte do Paraná foi a Companhia de Terras Norte do Paraná que posteriormente passou a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

A fase inicial dessa colonização foi estimulada ainda pela quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, que exigiu uma intervenção do Governo Federal proibindo o plantio do café nas zonas produtoras tradicionais de São Paulo e Minas Gerais. Produtores paulistas vislumbram, do outro lado do Rio Paranapanema, as mesmas condições para a produção agrícola: terras férteis, boas condições de compra e principalmente o domínio de técnicas para o desenvolvimento e plantio. Juntamente com os grandes proprietários também se deslocam seus empregados e levam de outros trabalhadores que seriam naquele momento os grandes difusores e propagadores da frente pioneira do Norte do Paraná.

O processo de colonização seguiram os seguintes princípios (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975):

1º - A construção de um eixo rodoviário de penetração, com a dupla finalidade de facilitar o acesso às novas áreas e permitir escoamento rápido e seguro à produção da região.

2º - Assentamento de núcleos básicos de colonização na rota de eixo rodo-ferroviário, estabelecidos progressivamente, a uma distância de 100 quilômetros uns dos outros, que definiram, em ordem, Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, cidades estas planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços. Entre esses núcleos urbanos principais, fundou-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores com a finalidade de servir como centro de abastecimento da população rural.

3º - Divisão da zona rural em faixas de área não superior a 14 alqueires, ajustadas à produtividade do solo e à cultura cafeeira, e demarcadas de modo a dotá-las de parte de baixadas, servidas por cursos d'água, para a locação da casa do colono, e de parte do espigão, menos sujeito a geadas, limitadas por estrada de rodagem.

Cabe nesse momento o sistema de colonização implantado pela CTNP, que visava justamente a colonização em pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, buscando e facilitando a compra por empregados dos grandes proprietários, desbravadores tradicionais e empreiteiros de derrubadas, que se estabeleceriam na região comprando os lotes pagando com parte da sua produção, vendendo os lotes de café aos patrimônios (pequenos povoados de apoio ao agricultor) e maquinistas (proprietários de máquinas de beneficiamento de café) produziria subsistência vendendo o excedente deste gerando uma economia paralela. Segundo Gordon Fox Rule funcionário na Companhia:

“A razão do êxito das cidades do Norte do Paraná está na pequena propriedade dirigida pelo seu dono, que nela reside

e vai gastar o produto do seu trabalho na povoação mais próxima. Não é o grande proprietário que interessa, pois geralmente mora nas grandes cidades, onde aplica os lucros obtidos na sua lavoura” (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975:87).

Percebe-se que a divisão dos lotes era destinado aos pequenos produtores que deveriam ter na produção de café a base da economia da região. Dessa eficiência do planejamento à ocupação se intensifica com cada vez mais trabalhadores buscando terras para explorar como pequenos proprietários ou como empreiteiros para as derrubadas e formadores dos cafezais, o crescimento populacional da região Norte nesse período foi intenso, o fluxo de trabalhadores era proporcional à intensidade dos negócios imobiliários.

Com a implantação dos núcleos urbanos a medida que a frente colonizadora se deslocava, ocorria o surgimento dos patrimônios para o apoio aos produtores rurais, estes possuíam sempre as escolas para os filhos desses produtores.

Em seu trabalho *Memória e Identidade*, travessias de velhos professores, MORI (1998, p.90) relata as experiências de professores que atuavam durante a implantação do núcleo urbano de Maringá, local de atuação da CMNP. Em entrevistas o depoimento de uma dessas professoras que relata a construção de escolas rurais no município e das visitas dos inspetores a sua escola, percebemos que as escolas na zona rural ou escolas isoladas em povoados estiveram sempre presentes durante o período de colonização do Norte do Estado. Eram escolas multisseriadas; e as professoras residiam nas localidades, quando estas eram isoladas; ou faziam o trajeto das cidades para as escolas localizadas nos patrimônios.

A iniciativa de construção de escolas no meio rural era da própria comunidade, já que as políticas estaduais voltadas para o setor ficava restrito à Curitiba e regiões de colonização antiga enquanto que a colonização naquele

momento era desenvolvida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná-CMNP.

A Tabela 4 apresenta os dados relativos a matrículas nas escolas rurais no município de Umuarama, que foi colonizado a exemplo de Maringá e Cianorte pela CMNP, mostra o crescimento e posteriormente o declínio das escolas rurais no município nas décadas após a sua criação:

Tabela 4. Matrículas nas Escolas Municipais de Umuarama-PR - 1960-2000

DÉCADAS	ESCOLAS RURAIS MUNICIPAIS	ESCOLAS MUNICIPAIS	TOTAL
1960 - 1970	1.166	2.065	3.231
1970 -1980	5.103	6.363	11.466
1980 –1990	2.207	3.745	5.952
1990 - 2000	384	5.689	6.073

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Atas de exame da Lei 4.024/61 dos anos de 1.962 à 1.979 – **Extraído de Prefeitura Municipal de Umuarama.htm**

OS dados apresentam uma grande quantidade de matrículas nas escolas rurais do município na década de 1960 a 1970. Observamos que esse período coincide com a fase de maior desenvolvimento local, fruto das produções de café que era a grande força econômica do Norte Paranaense. Esse fato foi responsável pela atração de um grande contingente populacional para o Norte do Estado e esse contingente se fixava em sua maioria na zona rural dos municípios. Umuarama foi um exemplo.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Umuarama, durante o ano de 1961, o município possuía 27 escolas com um total de 1.835 alunos, e durante essa década foram criadas 78 escolas de 1ª a 4ª séries, sendo 64 escolas rurais e 14 urbanas. Já Na década de 1970, em virtude do aumento populacional que registrou uma população de 114.158 habitantes (Censo IBGE/1970) a evolução do número de alunos das escolas municipais, atestava a predominância do setor rural sendo necessária a criação de mais escolas,

atingindo um total de 117 (rurais e urbanas). Nos distritos foram instaladas extensões de escolas de nível ginásial. No início da década de 1980 o município de Umuarama contava com 120 escolas, sendo 97 rurais.

A redução do número de matrículas nas escolas rurais nos períodos de 1980 a 1990 e a queda acentuada em números na década seguinte está ligada ao êxodo rural provocado pela substituição de cultura de café pela soja e trigo e a decadência das pequenas propriedades que eram a base da estrutura fundiária da região.

Notamos pelo exemplo de Umuarama e Maringá que de maneira geral, a medida que a colonização foi ocorrendo no Norte do Paraná também foram sendo implantadas escolas para oferecer um mínimo de qualificação e educação para a população, e como esta estava em sua maioria no campo a construção e criação de escolas rurais foi em grande escala.

A Região Sudoeste foi à última a ser colonizada no Paraná. Localizava-se à margem esquerda do Rio Iguaçu e fazia divisa com a Argentina. A ocupação das terras no sudoeste paranaense teve o incentivo do governo federal para delimitar e povoar as fronteiras ainda indefinidas e despovoadas nesta região do Estado do Paraná.

O processo histórico de ocupação do sudoeste do Paraná, passou por duas fases: a primeira, até 1940, de ocupação extensiva das terras; caracterizava-se pela produção familiar voltada para exploração da erva mate, madeira e criação de porcos soltos ou porcos de safra. A ocupação posterior ocorre e se intensifica com a migração, de gaúchos e catarinenses para a área.

Segundo Abramovay (1981, p. 06)

“até o final da década de 40 o sudoeste paranaense era um Sertão Bravo, no ano de 1920 a população estimada era de aproximadamente 6.000 habitantes, abrangida pelo vasto município de Clevelândia do qual o sudoeste fazia parte”.

Em municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, na década de 1940 existiam grandes problemas sociais pela falta de terras de cultivo e exploração intensiva. Essa escassez era consequência do crescimento demográfico, e da repartição familiar das terras entre os descendentes.

A partir de 1938, Getúlio Vargas estabelece uma política de colonização e alargamento das fronteiras agrícolas do país através da chamada "Marcha para Oeste". Era a primeira política oficial efetiva de integração de novas áreas no processo de expansão econômica. Tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis, incrementando a agricultura extensiva. Afinal, os centros urbanos cresciam a olhos vistos e era necessário aumentar a produção de alimentos.

Dentro dessa estratégia, um Decreto 3.059, de 14 de fevereiro de 1943 cria no Paraná, na região Sudoeste, a Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO, que deveria ocupar a "faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal". Uma área que não deveria ser inferior a 300 mil hectares.

Com essa iniciativa, Vargas também providenciava a ocupação das regiões de fronteira com a Argentina e o Paraguai, atendia a reivindicação por terras de reservistas ex-agricultores, e absorvia as levas de pequenos agricultores gaúchos que chegavam ao Paraná.

Ao chegar, o agricultor recebia, em média, de 10 a 20 alqueires, casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Em poucos anos, a produção crescia. As glebas de Missões e Chopim, disputadas na justiça, recebiam gente sem parar.

De acordo com COLODEL (1988),

“ na década de 1950, era de interesse do governo subdividir administrativamente o Estado, criando novos municípios. Na Região Oeste do Paraná existia apenas o Município de Foz do

Iguaçu, criado em 1914. Então, após uma viagem do Governador à Região Oeste do Paraná, foram criados, em 1951, os Municípios de Guaraniaçu, Cascavel, Toledo e Guaíra. A partir deste momento, foram ampliadas as condições de luta dos colonos pela escolarização de seus filhos.”

Tomemos como exemplo o município de Toledo, cuja criação data de 1953. Segundo dados da Prefeitura Municipal houve uma grande expansão na quantidade de escolas, basta lembrar que em 1953 havia no município 18 escolas, em 1976 e 1977 o número de escolas municipais chegou a 151.

Vários fatores contribuíram para a redução do número de escola: a emancipação dos distritos de Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu e Luz Marina; a redução do número de alunos provocada pelo êxodo rural em razão do modelo agrícola; a desativação das escolas multisseriadas pelo reduzido número de alunos e de professores, resultando na nuclearização destas.

A crescente divisão social do trabalho e o crescimento da população exigiam a presença cada vez maior do setor público, prova disso é que em Cascavel, na década de 1960, foram criadas noventa escolas rurais para atender as demandas dos colonos e várias escolas na cidade.

Em seu estudo sobre a ascensão e declínio das escolas rurais de Cascavel SANTANA (2005, p.44) afirma:

“ Na década de 1950 foi criada uma escola, na década de 1960 foram criadas 90 (noventa) escolas rurais em Cascavel. Para estar em conformidade com a LDB de 1961, a Secretaria Municipal de Educação criou por resoluções e Leis Municipais. Estas escolas, estavam localizadas em várias comunidades existentes na época no Município de Cascavel. A maioria destas comunidades desapareceram

por causa da política agrária e agrícola implantadas no Brasil a partir de 1960.”

Em Cascavel a extinção do número de escolas rurais é proporcional à criação destas, das 204 escolas que foram fundadas entre 1950 e 2000, sobraram apenas 8, com 464 alunos matriculados em 2005. Entre 1950 e 1970 a proporcionalidade entre criação e extinção foi de 187 criadas para 58 extintas, porém nas duas décadas seguintes o cenário se inverteu sendo criadas apenas 17 enquanto foram extintas 138 ressaltando que em 1990 foram criadas as últimas escolas rurais do município.

3.3 Os Projetos de Nuclearização das Escolas Rurais.

Na década de 1970 para implementar a renascida política municipalista cria-se o PROMUNICÍPIO (Projeto de Cooperação Técnica Estado/Município), para apoiar as administrações municipais, no sentido de fortalecer o ensino de 1º Grau (ensino fundamental), através de um processo cooperação e parceria entre os Estados e seus municípios. No Paraná esse programa teve destaque.

A proposta era concentrar ações nos aspectos da administração municipal: criação e ampliação, ou reestruturação dos Órgãos Municipais de Educação, enquanto integrantes da estrutura organizacional das Prefeituras Municipais, e ainda criar condições técnicas e financeiras com vistas à racionalização das atividades educacionais e à melhoria do nível qualitativo da educação oferecida pelas escolas municipais. Para tanto caberia aos Estados prestar assistência técnica, cooperação financeira e definir diretrizes gerais de ensino.

O PROMUNICÍPIO tinha abrangência limitada às condições mínimas de apoio ao atendimento escolar; contratação de pessoal técnico e administrativo, equipamento para os Órgãos Municipais e ainda, distribuição de material didático e algumas ações de capacitação de pessoal.

Diante dessa problemática a Nuclearização³ das Escolas Rurais foi vista como uma possível solução, já que tinha funcionado na década de 1920 nos Estados Unidos e posteriormente em outros países e foi então, implantado no Plano Estadual de Educação (PEE 1973-1976). No Paraná, nos anos de 1976 e 1977 foram construídas oito Escolas Rurais Nucleadas e posteriormente foram construídas outras nos anos que se sucederam até o total de vinte e duas escolas.

Convém lembrar que durante a implantação das Escolas Rurais Consolidadas, o fluxo migratório campo/cidade foi intenso e a idéia inicial e mais forte era, mais uma vez, a de conter o homem no campo. A prioridade de escolha de locais para a implantação do projeto eram as cidades que recebiam esse fluxo de pessoas oriundos do campo; eram as cidades polos regionais. Fatores políticos impediram a implantação dessas escolas nas cidades como Londrina, Maringá e Ponta Grossa e incluíram municípios considerados “área de segurança nacional”, como por exemplo Cascavel e Dois Vizinhos, como se pode observar no Mapa 3 – Municípios do Paraná com Escolas Rurais Nucleadas - projeto Promunicípio-1980.

No Paraná o PROMUNICÍPIO começou a ser implantado em 1975, e serviu como base para a implantação das Escolas Consolidadas Rurais no Estado, primeiramente com a implantação do projeto em oitenta e seis municípios e posteriormente deveria ser estendido aos demais municípios do Paraná e, uma segunda etapa, com a implantação do ensino de 1º grau em distritos rurais, construção de prédios e equipamentos escolares e o acompanhamento da execução do Plano de Trabalho da equipes municipais criando assim a consolidação e aperfeiçoamento da rede educacional de ensino através do 1º grau.

³ A nuclearização consiste no agrupamento de pequenas escolas unidocentes de uma região rural em uma Escola-Núcleo, com características próprias de organização e funcionamento, a idéia é proporcionar um ensino de qualidade com instalações e materiais didáticos concentrados em uma única sede escolar.

Segundo RAMOS (1987) o objetivo do PROMUNICIPIO no Paraná foi o da:

“ expansão do ensino de 1º grau, particularmente nas sedes dos municípios , tendo em vista as consequências do êxodo rural intenso ocorrido no Estado nos últimos cinco anos: desemprego, despovoamento da zona rural com diminuição da produtividade, aumento da mão-de-obra desqualificada e, no campo educacional, elevação das taxas de repetência”

Nas regiões sudoeste, norte e noroeste do Paraná com a modernização tecnológica da agricultura, diminuiu drasticamente a população da zona rural, isso inviabilizou a permanência da maioria das escolas rurais. Nos municípios onde estas ainda estão presentes, passam pelo problema do reduzido número de alunos. O que levou os municípios a optarem por transportar os alunos da zona rural para a zona urbana.

Um dos resultados da modernização da agricultura no Paraná, foi a perda de padrão de vida da maioria da população rural. A estrutura fundiária era basicamente de pequenas e médias propriedades sofreu concentração e não tiveram capital para absorver o novo padrão de produção agrícola. Os seus proprietários ou ocupantes, como não dispunham desse investimento foram forçados a abandonar sua terras e migraram para as cidades maiores. Mesmo assim, LIMA (1993) aponta a sobrevivência de sítios rurais em estudo realizado sobre área de município que sofreu intenso êxodo rural. A persistência da produção familiar já justificaria a permanência das escolas rurais.

Visando atender “as necessidades mais prementes das áreas deprimidas” é criado em 1979 o Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRORURAL e aprovado em 1980 para financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID um empréstimo de U\$

80.000,00 para seu financiamento. Objetivava a modernização de áreas da agricultura tradicional do Estado.

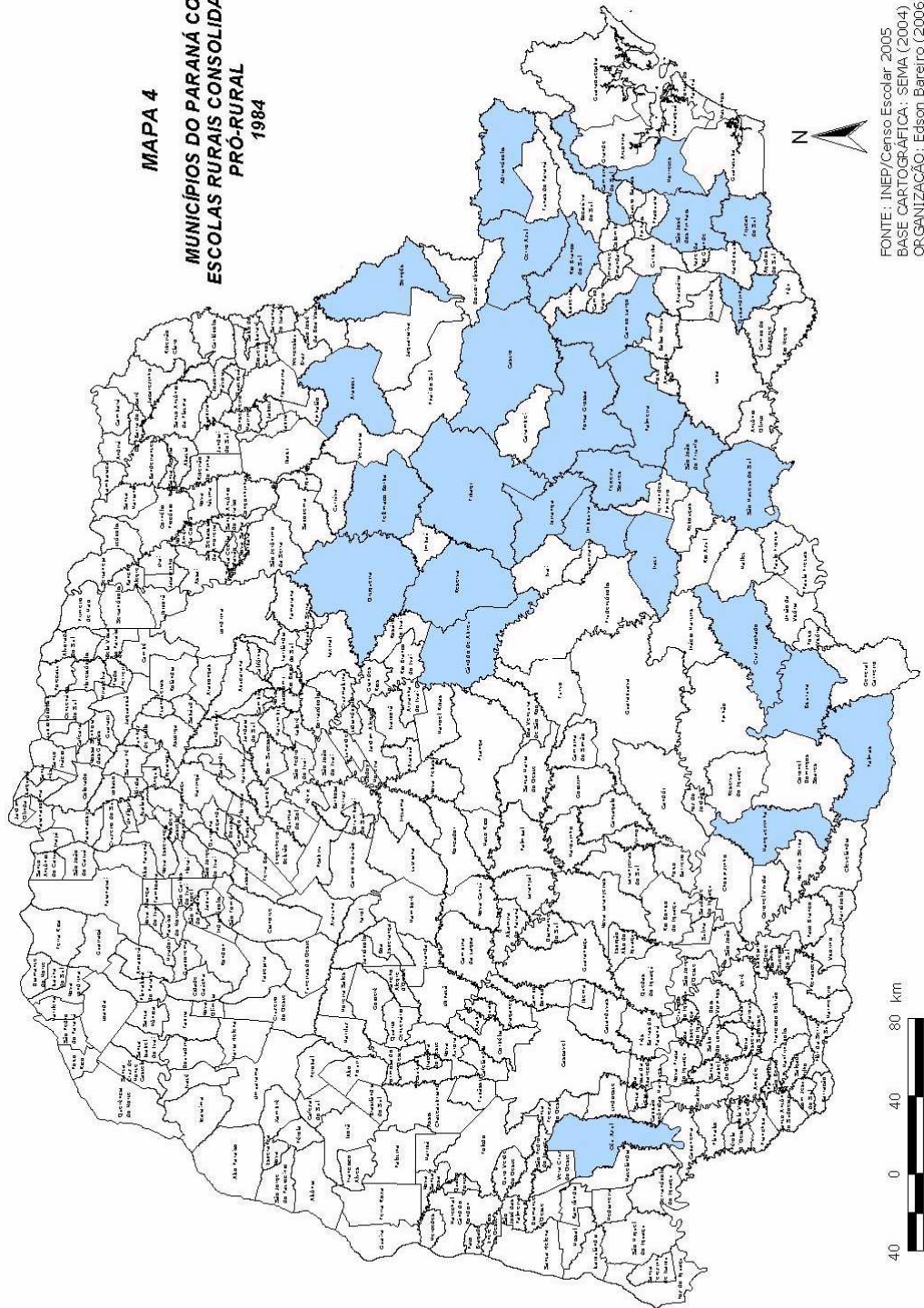
No que tange a educação rural existia a meta de revitalizar o ensino rural com a construção de escolas, implementação de formação de professores e aquisição de microônibus para transporte. Diante desses objetivos as Escolas Rurais Nucleadas se constituem o prosseguimento do projeto anteriormente financiada pelo PROMUNICIPIO. Foram construídas 29 (vinte e nove) escolas durante o projeto, Mapa 4 – Municípios do Paraná com ERC - Projeto PRORURAL-1984, porém as regiões contempladas com as Escolas Rurais Nucleadas foram as mesorregiões Sudeste e Centro-Oriental Paranaense e alguns municípios da Centro Sul como Palmas, Bituruna e Mangueirinha além de Céu Azul no Oeste Paranaense.

Nesse segundo momento RAMOS (1993, p. 180) observa com relação as dois novos princípios básicos de orientação do PRÓRURAL, democratização do poder e participação comunitária que acabaram por definir as prioridades da população alvo para a implantação das ERC:

“ (...) em primeiro lugar, a construção de estradas; segundo, a saúde; em terceiro, a educação; em quarto, a armazenagem; e em quinto o fomento agropecuário”

Fica expresso assim que a educação, mesmo que fosse uma reivindicação anterior de toda a população rural, não é a primeira prioridade do projeto ficando relegada a terceiro plano. O escoamento da produção agropecuária é o primeiro a ser contemplada através da construção e revitalização de estradas das regiões atingidas pelo projeto. Assim, as obras que estavam em andamento foram interrompidas, assim como os projetos de construção de novas escolas nucleadas também.

MAPA 4
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
ESCOLAS RURAIS CONSOLIDADAS
PRÓ-RURAL
1984



FONTE: INEP/Censo Escolar 2005
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Barreto (2006)

3.4 O Projeto Escolas de Campo

A partir de 1.991 o Governo do Paraná, através do Setor de Ensino Técnico Agrícola – DESG, da Secretaria de Estado da Educação e do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, passou a apoiar a implantação de uma escola comunitária, chamada Casa Familiar Rural, que possui as mesmas formas de funcionamento das Casas de Campo em Minas Gerais e Escola Família Agrícola no Espírito Santo. Influenciada pela Pedagogia da Alternância⁴, de origem francesa, era gerenciada pelos próprios pais de alunos, por meio de uma associação sem fins lucrativos. Nesta escola, o aluno passa uma semana em sala de aula, em regime de internato e duas semanas, em sua propriedade, seu laboratório de experiências. O ensino fundamental e médio, é ofertado pelo Estado pela modalidade supletiva e adaptado a esse modelo pedagógico:

“ oferecer ao jovem agricultor uma forma de ensino adequada a sua realidade regional, capaz de possibilitar o desenvolvimento social e pessoal, para que possa atuar como agente de difusão de tecnologias produtivas e de transformação do meio sócio-econômico em que vive”

Está entre os objetivos pretendidos.

O que evidencia-se é a intenção da tecnificação do ensino, a orientação dos jovens quanto às possibilidades de condições dignas de trabalho em seu meio sócio-profissional, possibilitando sua permanência no campo, em padrões de vida compatível com o mundo atual. Esse discurso

⁴ Essa Pedagogia se caracteriza por alternar a formação do aluno entre o ambiente escolar e o ambiente familiar em sua propriedade.

A proposta é desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo em que o aluno percorre o trajeto propriedade - escola – propriedade. Na propriedade, o aluno observa, pesquisa e descreve a realidade sócio-profissional do contexto no qual se encontra; em um segundo momento, o aluno vai à escola, onde socializa, analisa, reflete, sistematiza, conceitua e interpreta os conteúdos identificados na etapa anterior. Finalmente, num terceiro momento, o aluno volta para a propriedade, dessa vez com os conteúdos trabalhados de forma a que possa aplicar, experimentar e transformar a realidade sócio-profissional, de modo que novos conteúdos surjam, novas questões são colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar.

acompanha a elaboração das políticas educacionais em todo o território nacional, porém não temos a sua total implementação e continuidade delas.

Novamente nos deparamos com o discurso da fixação do jovem no campo, a preocupação com a permanência no campo.

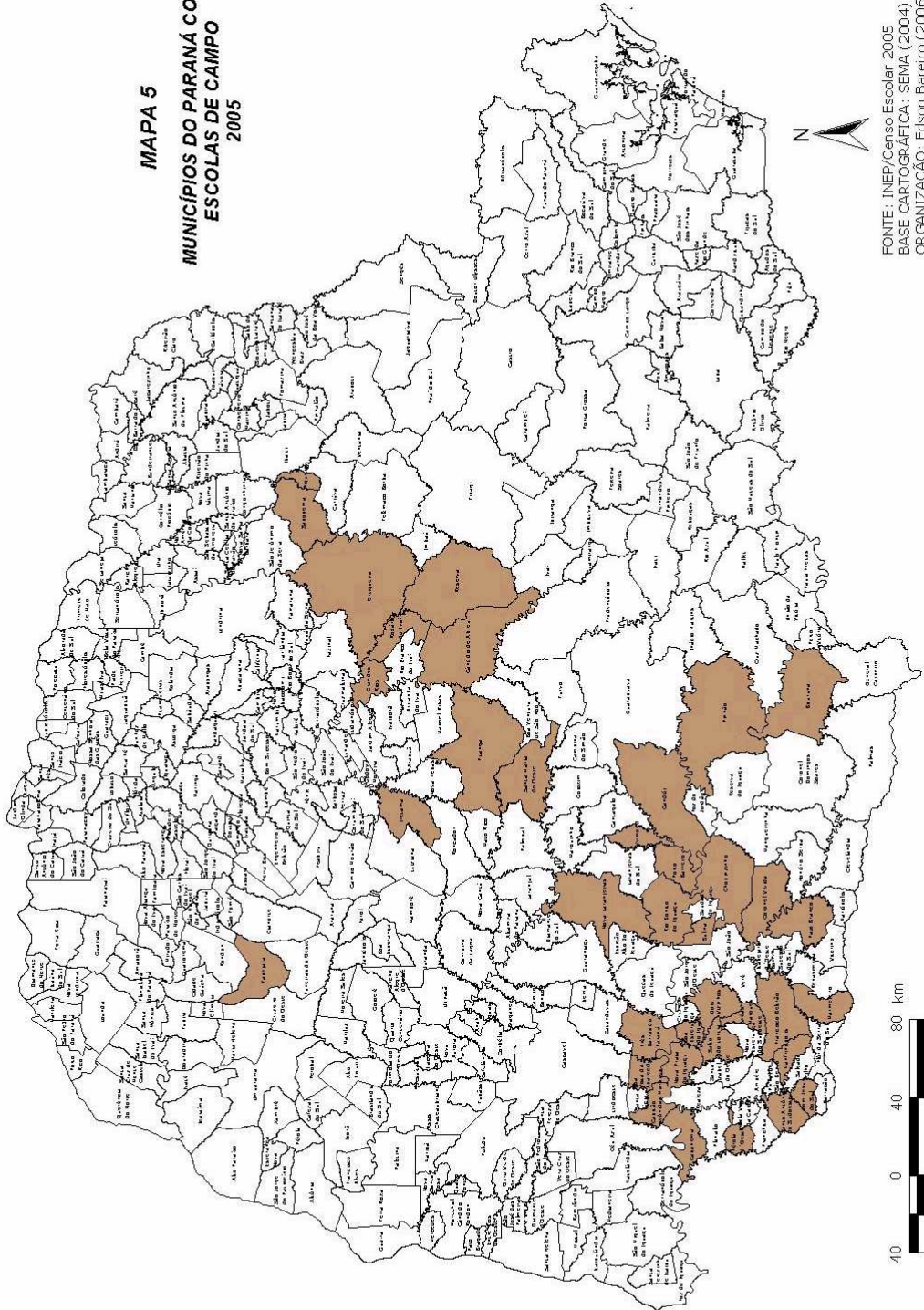
Através do decreto 3.106, do Governo do Estado do Paraná, de 14 de março de 1994, foi implantada a partir de experiência francesa, o Projeto Escolas de Campo. O Projeto Escola do Campo envolve várias organizações em sua execução. Formalmente, participam a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a Secretaria de Estado da Educação. É a comunidade, porém, que se responsabiliza pela administração das escolas, por intermédio da Associação de Pais de Alunos.

Busca preencher uma lacuna na profissionalização do agricultor, funcionando como curso supletivo para os jovens que abandonaram os estudos. Ao mesmo tempo, elimina a necessidade de substituí-los, nas propriedades, por mão-de obra contratada ou por algum outro membro da família. Apregoa inserções de novas técnicas e a troca de informações e experiências, reúnem alunos com as mesmas dificuldades e que vivem em um mesmo contexto escolar, procurando por soluções que resolveriam seus problemas diários de produtividade, expectativas quanto ao futuro no campo de relacionar-se com o mercado econômico buscando uma valorização maior para os seus produtos.

Há uma grande concentração de escolas do campo próximo ao município de Barracão⁵, sede da ARCAFAR. Ao compararmos os mapas anteriores com o Mapa nº 5 – Municípios com Escolas de Campo, temos que determinados municípios como Ortigueira, Reserva, Cândido de Abreu e Ipiranga estão sempre presentes nas políticas de ensino rural, como foi o caso das Escolas Rurais Nucleadas-ERN, fato que pode ser relevante ao

⁵ O município de BARRACÃO foi o pioneiro na implantação das Escolas de Campo, a primeira Escola de campo no Paraná estava localizada no atual município de Bom Jesus do Sul, emancipado de Barracão em 1990.

MAPA 5
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
ESCOLAS DE CAMPO
2005



FONTES: INEP/Censo Escolar 2005
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Barreto (2006)

compararmos os números atuais de escolas nesses municípios ou seja a preocupação com o ensino rural ou ao menos com a criação de escolas rurais estiveram sempre presentes durante os anos de organização do sistema de ensino, tanto em nível federal, quanto estadual, o que não significou a tradução efetiva em escolas rurais.

Segundo PASSADOR (1999):

“ O Projeto acaba contribuindo para melhorar a qualidade de vida das comunidades. Neste sentido, o Projeto apresenta vários resultados indiretos, como a formação de cooperativas de pequenos agricultores, a venda conjunta da produção das pequenas propriedades e a participação política de ex-alunos como novas lideranças na região. As propriedades também passaram a adotar novas práticas, como o plantio direto de sementes (dispensando arações e gradagens), a agricultura orgânica (sem uso de pesticidas) e a biotecnologia (controle biológico)”.

Problemas como o endividamento das pequenas propriedades, em razão da baixa produção agrícola, favoreceu a saída dos filhos dos agricultores, que muitas vezes se encontravam empobrecidos e em idade avançada. A adoção dessa Pedagogia para a educação da população influenciou nos bons índices de produtividade, na pecuária e na agricultura da propriedade mantida pelos jovens que assumiram efetivamente sua condição de produtores agrícolas, com auxílio de suas famílias, efetivamente envolvidas na vida da comunidade .

Segundo o Relatório da Comissão Pastoral da Terra (2001):

“ O êxodo rural atinge principalmente a juventude entre 15 e 29 anos: entre 1992 e 1995, houve uma redução de 12% na população jovem do campo na região sul do Brasil, enquanto a população total do campo se reduziu em apenas 6%. Os jovens que mais saíram foram os

que tinham entre 15 e 19 anos.”

As diferentes condições de herança, de trabalho e de acesso às oportunidades no campo são responsáveis por esta migração seletiva.

Com isso temos um envelhecimento da população rural, já que os mais jovens migram para as cidades. O processo de reprodução da vida no campo fica ameaçado.

Ocorreu um crescimento substancial das Escolas de Campos no estado do Paraná, conforme podemos constatar na Tabela 5, a partir do Decreto 3.106/94 que autorizou a criação e financiamento das escolas do campo em 1994 até 2000 o acréscimo foi de mais de 100%, apoiados pelo Governo estadual. Atualmente são trinta e oito casas familiares em funcionamento no Paraná, com estruturas sendo financiadas pelo Estado em parceria com a ARCAFAR e outras entidades .

Tabela 5. Evolução do Projeto Escola do Campo no Paraná

ANO	QUANTIDADE DE ESCOLAS
1990	03
1991	06
1992	11
1993	11
1994	18
1995	20
1996	27
1997	34
1998	36
1999	39
2000	38

Fonte: ARCAFAR/SUL- 2006

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

A partir de 1988, a nova Constituição Brasileira incluiu em seus artigos senão todas, mas a maioria das formas de ocupação de terras.

Considerando esse pensamento foi elaborado o Plano Estadual de Educação do Paraná – PEE, englobando os quilombolas, pescadores e de maneira geral pessoas que habitam o campo.

O Plano foi implementado com base no Censo Escolar de 2002, quando foram analisados dados da educação rural no Brasil, região Sul e Paraná. Os índices de analfabetismo, que, segundo os dados desse censo, eram de 15,43% de analfabetos na zona rural enquanto na urbana eram de 9,5%, foram analisados pelo SEED na elaboração do Plano.

Diante dessa problemática e da pressão dos movimentos sociais, principalmente do MST os responsáveis passaram a dialogar constantemente sobre os temas de seus interesses, como por exemplo a educação no campo e reforma agrária. A colaboração de professores universitários que estudam o assunto e são favoráveis a essa luta por uma Educação no Campo, tem contribuído para sua implementação.

Dentre essas experiências surgiram as Escolas Itinerantes do Movimento de Trabalhadores Sem-Terra, montadas nos acampamentos com a pedagogia do MST e voltada para seus alunos.

No Paraná está em andamento o projeto *Escolas Itinerantes*, desde dezembro de 2003, implantada pelo Conselho Estadual de Educação. É uma parceria entre governo do Estado, Secretaria da Educação e o MST.

“ São 11 escolas, localizadas em assentamentos de nove municípios do Estado, que atendem 100% das crianças e jovens do movimento.as escolas são montadas nas ocupações e podem ser deslocadas, caso haja despejo das famílias sem-terra. O projeto tem apoio da Secretaria Estadual de Educação e o prazo para a avaliação final é de dois anos. Nesse formato, os professores são do próprio movimento e as aulas, além do currículo formal, valorizam as questões voltadas aos temas dos movimentos sociais. Atualmente há oito escolas itinerantes no Paraná.” (Agencia de Noticias do Paraná)

O atual governo do estado do Paraná estimula e favorece as iniciativas do MST, o que não impede a ocorrência de vários problemas e dentre eles um antigo: a falta de professores formados para a execução desse tipo de plano. Quanto a isso nem o MST está encontrando a solução.

É nessa linha que se percebe a intenção do Plano Estadual de Educação do Paraná. Na Secretaria de Educação do Estado foi criada a Coordenação da Educação no Campo, visando exclusivamente a coordenação das atividades relacionadas ao tema e para implementar ações no sentido de fazer com que as diretrizes do Plano sejam cumpridas.

Entre as diretrizes do Plano, coloca-se a importância do contexto social, bem como a organização do trabalho, os saberes acumulados e a “identidade da escola no campo, definidas a partir dos sujeitos a quem a escola se dirige e da realidade em que estão inseridos” (PR-SEED, 2005)

No que se refere as metas do PPE, devemos salientar que a implementação da educação no campo prevista no Plano tem a expectativa de dez anos.

O que se tem até o momento são os encontros promovidos pela SEED-Educação no Campo, que é um dos objetivos do PPE. Diversos municípios de diferentes regiões do Estado tem sido sede de Encontros de Educação no

Campo, tais como Cascavel, Umuarama, Campo Mourão e Faxinal, com a participação de movimentos sociais, comunidades locais e órgãos não-governamentais para debater o assunto com a participação de estudiosos que procuram auxiliar na implementação do que se propõe a educação no campo no Paraná. Órgãos como a Associação de Casas Familiares Rurais Sul - ARCAFAR tem promovido cursos de preparação de técnicos e educadores em parceria com o Governo do Estado. Atualmente está funcionando no município de Francisco Beltrão-PR, um curso de pós-graduação em Pedagogia da Alternância voltada para a formação em nível universitário para docentes.

Ainda não existem dados para que se possa analisar até que ponto o Plano Estadual de Educação, já que a sua última versão preliminar data de outubro de 2005, conseguiu realizar suas metas, visto que para o cumprimento das metas demandam tempo desde sua implantação até o período previsto. No entanto a preocupação com a legislação já existe. No momento possuem nos níveis tanto federal quanto estadual a preocupação em implementar uma educação voltada especificamente para a população rural, porém cabe aos diversos órgãos executores utilizar essa legislação efetivamente em prol de quem se destina.

O debate sobre o ensino rural esteve presente nas legislações em diversos momentos da história, porém não foram de fato implementadas. No Paraná a preocupação dos anos de 1930 era com o ensino técnico agrícola e para tanto foram criadas as chamadas escolas rurais que na realidade eram escolas técnicas e tinham uma maior preocupação com a formação de determinadas qualificações voltadas para o aumento e qualidade da produção agrícola. O Paraná, naquele momento, estava em plena colonização, visto que a maioria das cidades da região Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste, se não existiam ainda estavam em gestação, como o Paraná.

As escolas rurais estiveram ligadas às frentes colonizadoras no Estado, a medida que essas frentes evoluíam as escolas também aumentavam na mesma proporção da produção agrícola e da estrutura fundiária das regiões, a partir do advento da modernização da agricultura e da quebra da estrutura fundiária baseada na pequena propriedade e na relação de trabalho de mão-

de-obra familiar ocorre o esvaziamento dessas áreas rurais e conseqüentemente as escolas rurais foram paulatinamente sendo fechadas até os anos 1980 e a partir dessa década foram desaparecendo em maior intensidade.

4. ESCOLAS RURAIS NO PARANÁ

4.1 Mapeamento das Escolas Rurais do Paraná

Ao iniciar o levantamento de informações sobre o tema estudado, optamos por coletar os dados quantitativos das escolas rurais municipais e estaduais do estado da Paraná, ensino fundamental e médio entre o ano de 1997 a 2001. A escolha desse período considerou o término das políticas que nortearam a criação das Escolas Rurais Nucleadas; a criação das Escolas de Campo tendo como influência a Pedagogia da Alternância. Os dados foram coletados dos Censos Escolares dos anos de 1997 a 2001 ensino fundamental e médio, redes estadual e municipal.

Algumas questões nortearam a leitura que realizamos nesse estudo, sobre os dados coletados durante a pesquisa:

- a distribuição das escolas rurais no Paraná; a sobrevivência das escolas rurais e os processos de colonização, porque passaram;
- oferta de ensino (ensino fundamental ou médio);
- a localização das escolas rurais no estado do Paraná;
- a distribuição das escolas rurais municipais e estaduais;

Foi possível verificar, no período de 1997-2001, que em quatro anos ocorreu uma sensível redução no número de escolas municipais de ensino fundamental na zona rural do Estado, equivalente a 51,35% ou seja mais de metade das escolas tiveram suas atividades encerradas. Em 1997 esse número era quatro mil setecentos e setenta e uma escolas; em 2001 esse número caiu para dois mil quatrocentos e cinquenta escolas municipais rurais- Tabela 6.

No entanto as escolas estaduais que normalmente oferecem o ensino médio, sofreram um acréscimo de mais de 100%.

**Tabela 6 – Evolução do número de Escolas Rurais no Paraná -
Período 1997-2001**

ANO	FUNDAMENTAL		MÉDIO	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
1997	344	4771	14	1
1998	321	3570	17	0
1999	313	2945	25	0
2000	315	2685	30	0
2001	327	2450	36	0

Fonte: MEC/INEP – Censos Escolares 1997 a 2001

Considerando que as escolas estaduais acabaram por também oferecer o ensino fundamental de 5ª a 8ª série, podemos considerar esse fato relevante para o aumento desse percentual enquanto as escolas municipais urbanas absorvem os alunos das escolas rurais esvaziando e extinguindo várias delas, como é o caso do município de Maringá-PR, que oferece transporte do meio rural para a cidade para os alunos residentes no campo, e estes estudam na cidade.

As informações levantadas indicam uma forte concentração de investimentos no ensino fundamental coordenado pelo Estado.

Nesse período, considerando as informações do Censo Escolar de 2005, trezentos e trinta escolas estaduais e duas mil e setenta escolas municipais, temos ainda uma redução maior na oferta de ensino em consequência da extinção de muitas escolas.

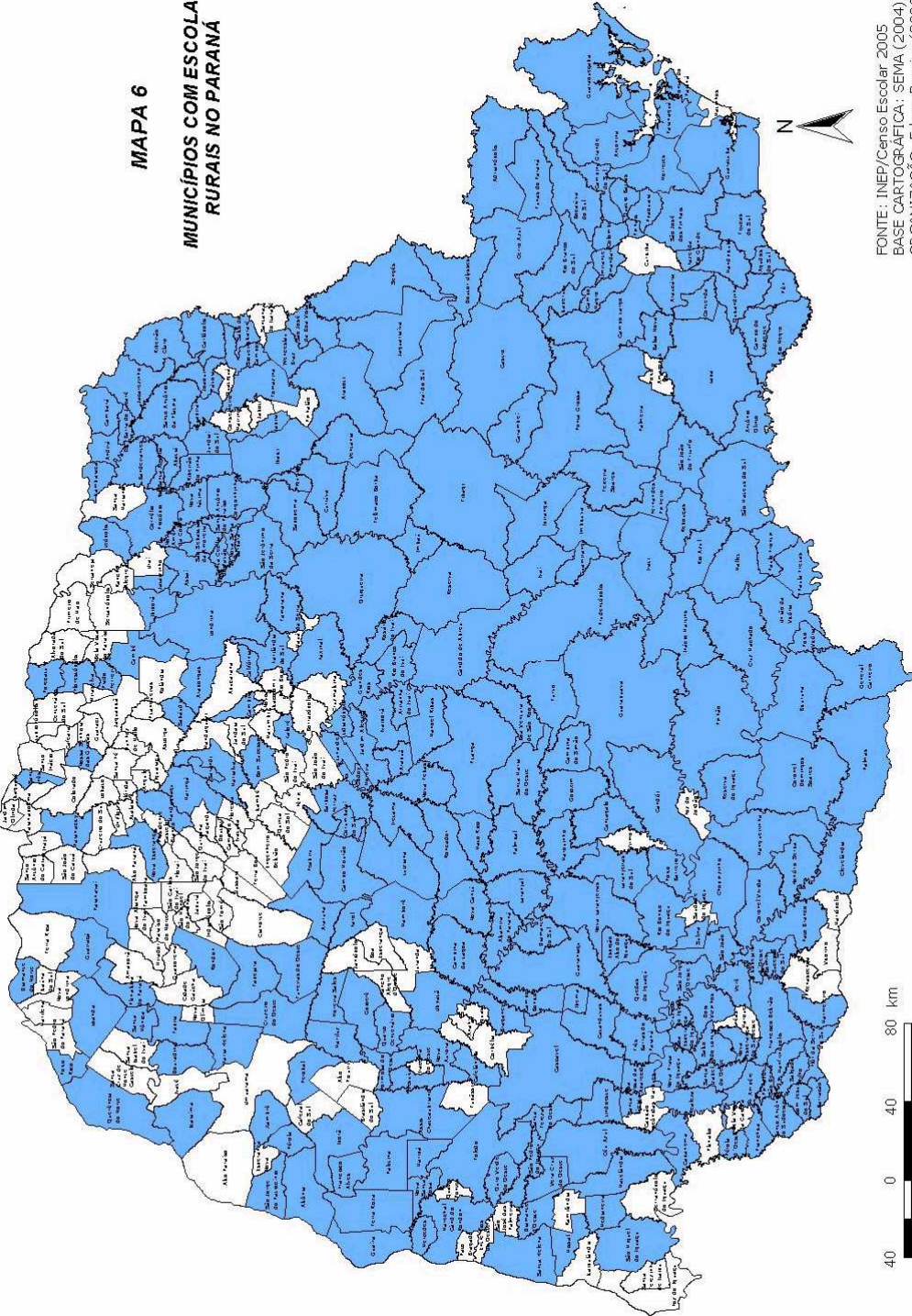
A falta de expectativa com relação a educação na área rural continua por desencorajar a permanência no campo por parte de seus habitantes, principalmente os mais novos. Esse quadro deveria ser analisado durante a elaboração de projetos educacionais voltadas para o setor e realmente implementadas já que acompanhamos durante os estudos a preocupação com a contenção do êxodo rural e o crescimento das cidades maiores do Estado. Esse problema continua, em proporções menores, porém, sem perspectiva de redução.

Para a confecção dos mapas que representam aspectos das escolas rurais do Paraná, foi utilizado o software Archiview 3.4 cuja base cartográfica é de propriedade do Instituto Paranaense de Desenvolvimento- IPARDES, ano base 2004, com 399 municípios do Paraná. A coleta de informações foi realizada com base no Censo Escolar 2005 buscando a quantidade de escolas rurais municipais, estaduais. De posse dessas informações foi elaborado uma tabela no microsoft Excel relacionando a quantidade de escolas com os municípios. Com a base cartográfica SEMA 2004, as informações na tabela são vinculadas aos municípios dessa base cartográfica que buscam as informações que se deseja para confecção dos mapas.

No Mapa 6 temos a divisão política do estado do Paraná (399 municípios), e localizamos os municípios que possuem escolas rurais, segundo o Censo Escolar 2005. Em sua grande maioria os municípios oferecem o ensino rural, nas escolas municipais do ensino fundamental ou do ensino médio com as escolas estaduais ou ambas as modalidades.

O que chama a atenção são áreas com baixa concentração de escolas rurais, como a região Noroeste ou ainda considerando as Mesorregiões Norte Central, Centro ocidental e Noroeste do estado. Segundo dados do IPARDES, essas regiões foram as que tiveram um grande êxodo rural nas décadas de 1970, 1980 e 1990. A grande produtividade da chamada “terra roxa” que durante décadas do século XX produziu supersafras de café.

MAPA 6
MUNICÍPIOS COM ESCOLAS
RURAIS NO PARANÁ



FONTE: INEP/Censo Escolar, 2005
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Baretto (2006)

Essa mudança de cultura no Norte do Paraná refletiu na estrutura fundiária da região que foi colonizada pela CMNP e baseada em pequenas propriedades.

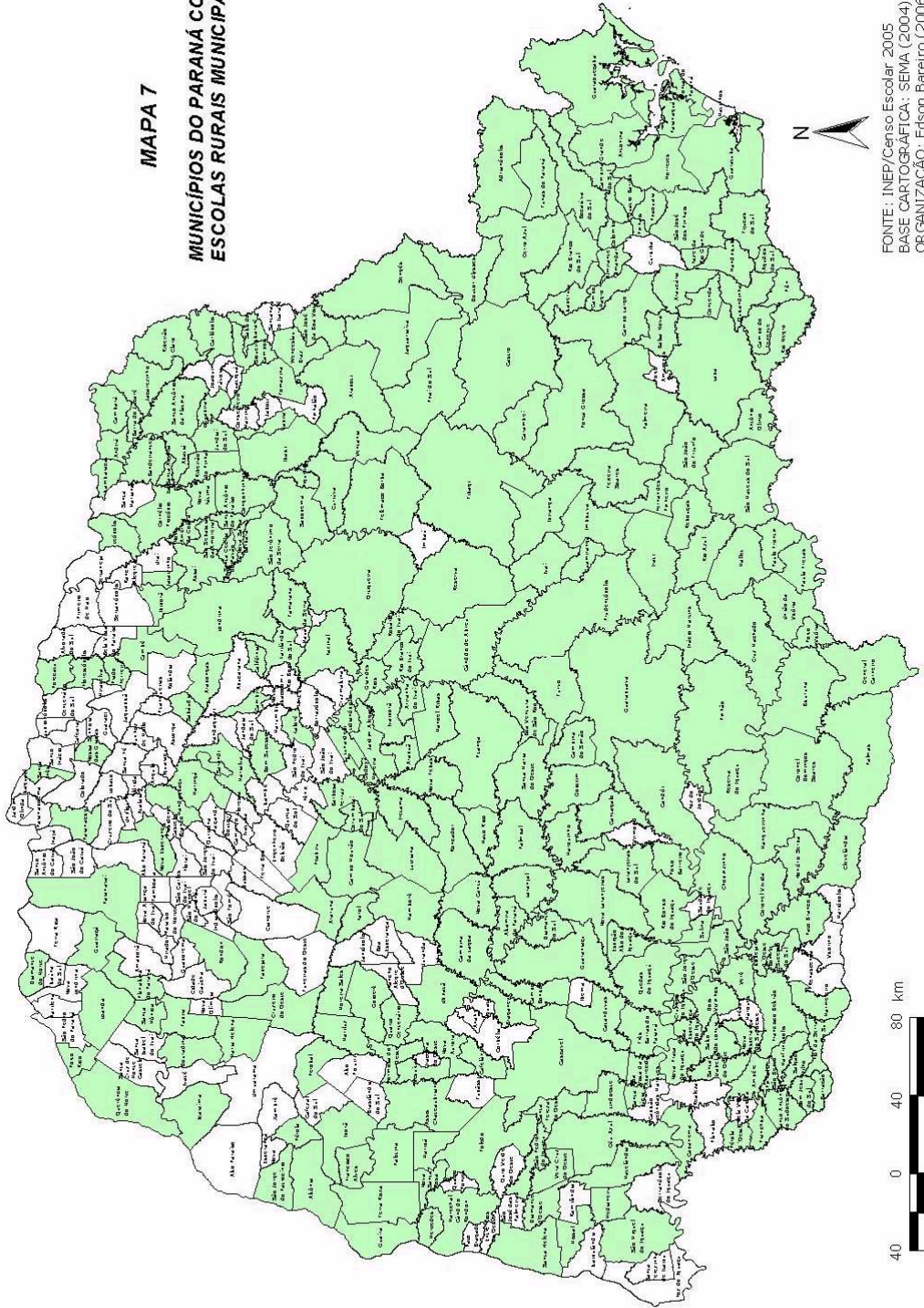
Já o Noroeste do Estado e as regiões de solo formação arenito caiuíá, a baixa produtividade agrícola influenciou o êxodo forçando a população a exercer outras atividades nas cidades. Essa situação favorece a redução do número de habitantes rurais nessas regiões. Nesses casos os municípios optaram em trazer os alunos das zonas rurais para a cidade, pois consideraram menos onerosa ao contrário do que seria a construção e manutenção de escolas e formação e transporte de professores.

O Mapa nº 7 localiza as escolas municipais, ou seja, os municípios que mantêm escolas municipais rurais. Verificamos que o ensino fundamental está presente em todos os municípios que oferecem as escolas rurais, e demonstra que a municipalização⁶ do ensino fundamental, quando realizamos essa comparação, a oferta de ensino fundamental de 1ª a 4ª série é predominante nas escolas rurais.

A estrutura que as prefeituras municipais possuem para transportar os alunos para as escolas influi para a oferta dessa modalidade de ensino; que somado à expansão da Escolas Nucleadas na década de 1970, além das campanhas voltadas para o ensino primário, favoreceram uma rede municipal de ensino rural em todo o Estado.

⁶ Lei 9394/96 – LDB - Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino

MAPA 7
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
ESCOLAS RURAIS MUNICIPAIS



FONTES: INEP/Censo Escolar 2005
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Barreiro (2006)

Os dados da tabela 7 – Educação Básica - número de matrículas de alunos na Zona Rural no Paraná, confirmam a municipalização do ensino rural principalmente de 1ª a 4ª série. Em 1992, o governo estadual implementou o Termo Cooperativo de Parceria Educacional, a partir do qual se transferiu para o âmbito municipal toda a administração das escolas estaduais de pré-escola, de ensino fundamental, prioritariamente de 1ª a 4ª séries, de educação especial e Educação de Jovens e Adultos.

Segundo DIAS (2000, p.52)

“ O auge do processo de municipalização no Paraná ocorre no final de 1992 e no início de 1993. Dos 323 municípios então existentes, 261 – 81% – municipalizaram total ou parcialmente o ensino de 1ª a 4ª séries. Em 1993, mais 58 municípios aderiram à parceria educacional, totalizando 86% dos 371 municípios do Estado.”

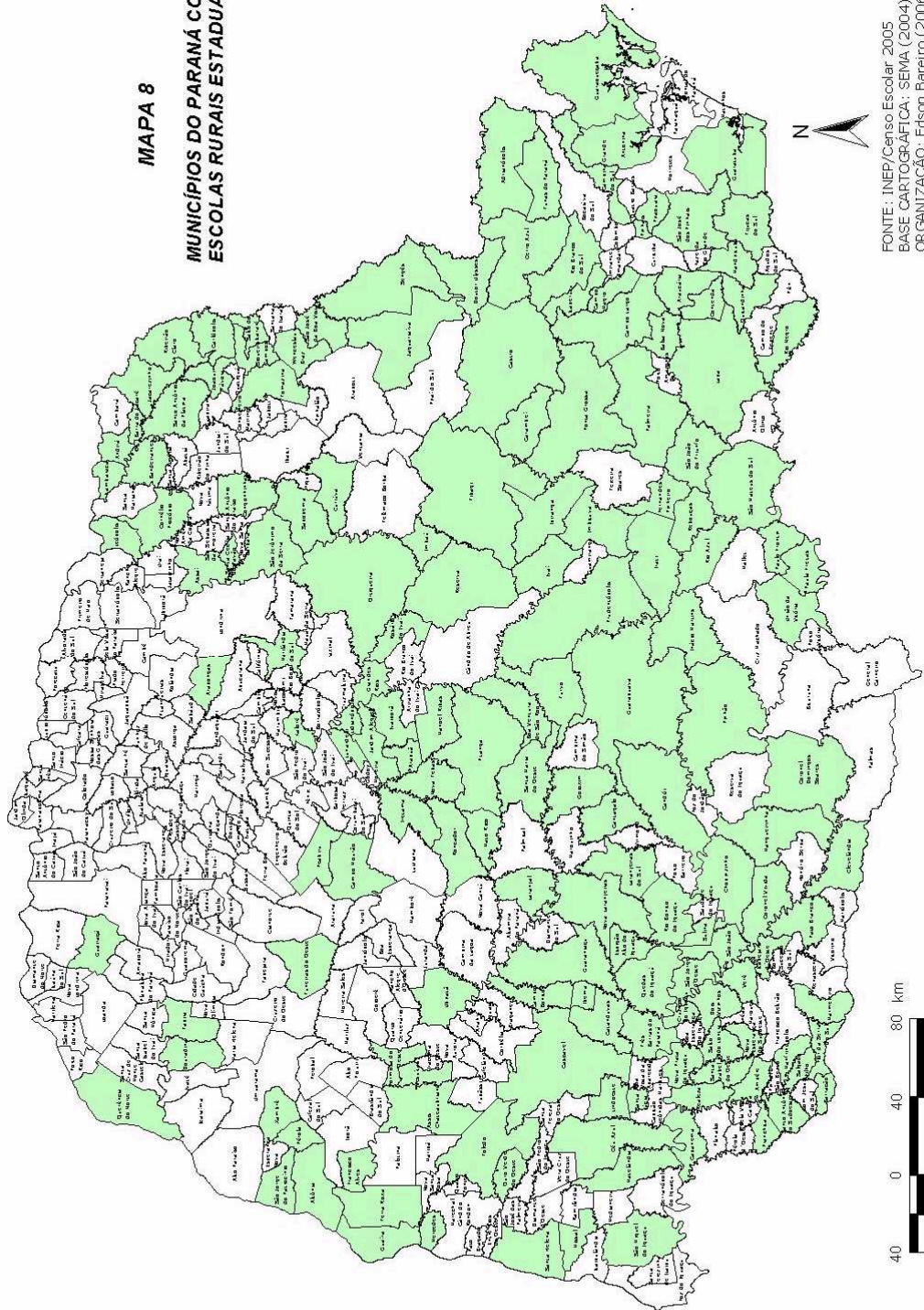
Tabela 7- Educação Básica – Número de matrículas na Zona Rural do Paraná – 2002

Modalidades de Ensino	Estado do Paraná – Rural
Ensino Fundamental	142.848
1ª a 4ª série	92.868
5ª a 8ª série	49.980
Ensino médio	7.361

Fonte: Censo Escolar 2002

No que tange as escolas rurais estaduais, verificamos conforme o Mapa 8 – Municípios do Paraná com Escolas Rurais Estaduais, que são em menor número que as escolas municipais, porém, a oferta de ensino médio é em sua maioria possibilitado pelas escolas estaduais. Segundo dados do Censo Escolar 2005, noventa e seis escolas estaduais rurais oferecem o ensino médio. Em contrapartida apenas quatro escolas municipais rurais oferecem essa modalidade de ensino. Podemos perceber por esse dado que as escolas municipais possuem uma prioridade voltada para o ensino fundamental.

MAPA 8
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
ESCOLAS RURAIS ESTADUAIS



FONTES: INEP/Censo Escolar 2005
BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Barreto (2006)

No Mapa 9 – buscamos apresentar a densidade das escolas rurais nos municípios do Estado. Para um melhor entendimento classificamos o número de escolas rurais por município em faixas de seis densidades assim distribuídos: zero para os municípios que não possuem escolas rurais, entre 1 e 4, 5 e 12, 13 e 23, 24 e 45 e 46 a 102 escolas rurais existentes no município. A maior concentração em termos de quantidade por mesorregiões está na Região Metropolitana de Curitiba com destaque para os municípios de Lapa, Tijucas do Sul e Quitandinha. Porém as que mais se destacam nessa concentração são as mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e Centro-Oriental respectivamente os municípios de Reserva, Ortigueira e Prudentópolis.

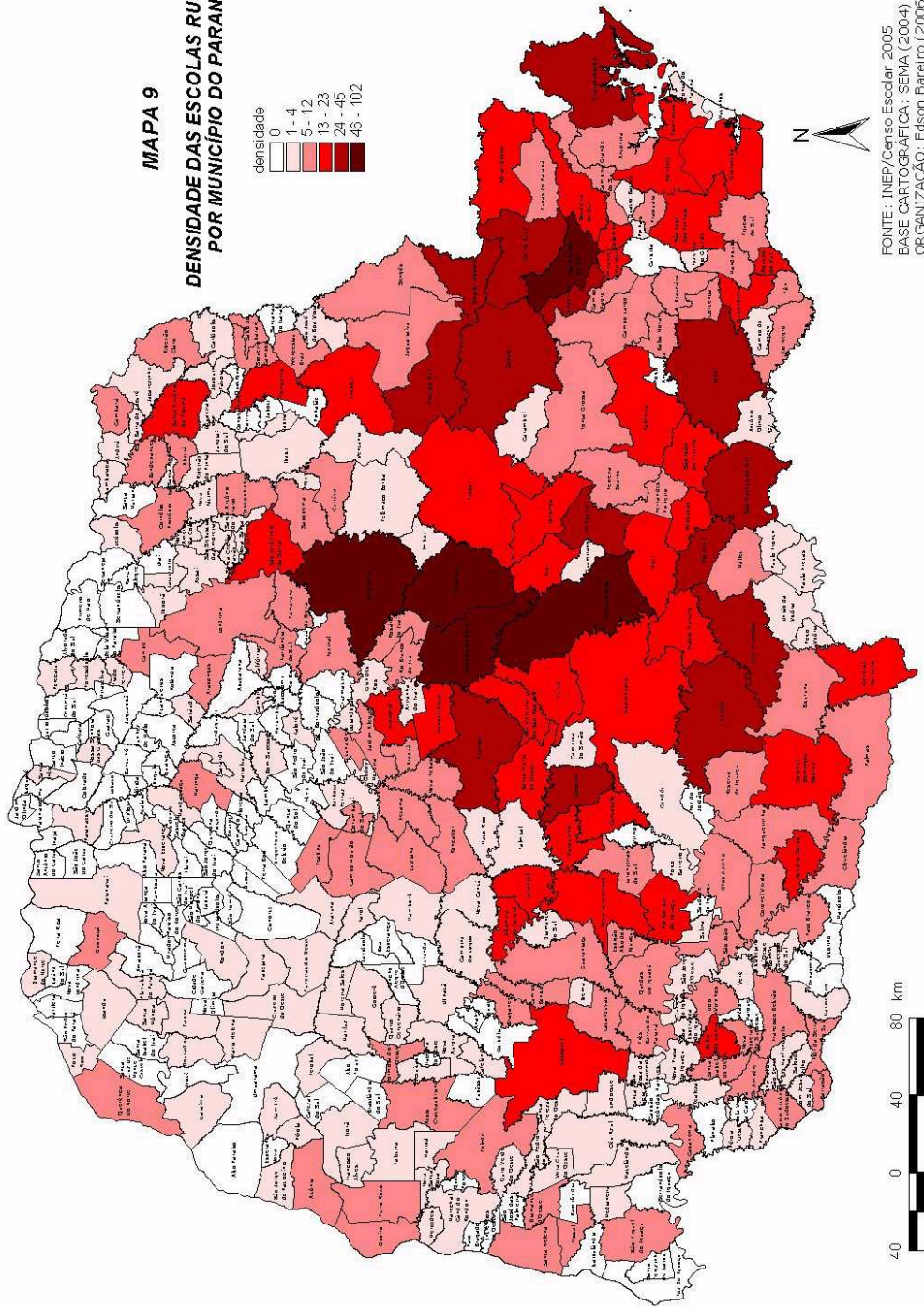
Nesses municípios, a população em sua maioria está fixada na zona rural, como podemos observar nos números abaixo:

- Prudentópolis (Urbana 18.276 e Rural 28.070),
- Ortigueira (Urbana 8.363 e Rural 16.853),
- Reserva (Urbana 9.611 e Rural 14.366).

A colonização de Prudentópolis foi realizada por imigrantes europeus eslavos, os municípios são caracterizados pela sua grande produção agrícola. A pressão por escolas na zona rural foram intensas, inclusive com a implantação de suas escolas com a língua de origem. Neste município a maioria das escolas rurais estão localizadas nas “linhas”, próximo as das antigas vias de acesso entre os distritos rurais. Em Prudentópolis, por exemplo há 14.044 habitantes ocupados nas atividades agropecuárias.

Temos no município a predominância das antigas colônias dispersas. Isolando as casas entre os pomares com orientação apenas pela estrada. A presença de uma ou de outra grande propriedade é logo percebida pelos vastos campos recobertos uniformemente por uma só cultura. Em meio a essas paisagens coexistem os faxinais com casas irregularmente dispersas num pasto natural arborizado, normalmente cercado, onde suínos, caprinos e o gado podem transitar livremente (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS, 2001, p. 39).

MAPA 9
DENSIDADE DAS ESCOLAS RURAIS
POR MUNICÍPIO DO PARANÁ



FONTE: INEP/Censo Escolar 2005
BASE CARTOGRAFICA: SEMA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Baireiro (2006)

Segundo QUEIROZ (1973):

“as comunidades rurais se organizam como grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio agroecológico, através do trabalho de roça, executado pela família conjugal como unidade econômica; pelo exercício do comércio de parte dos gêneros obtidos com a lavoura ou com criação como um meio de permitir a aquisição de objetos e mercadorias fabricadas na cidade; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança, comunidades-núcleos e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos ou comprar mercadorias”.

O município de Prudentópolis soma um total de 130 comunidades rurais. Em praticamente todas elas encontram-se famílias de ucraino-brasileiros. Essas comunidades são relativamente segregadas e guardam peculiaridades. O que caracteriza uma comunidade rural é a presença de laços ou elos que mantêm unido esse grupo de pessoas, e que inclui: a) cultura comum; b) recursos comuns; as formas de consumo; a terra, a estrutura social; c) normas comportamentais comuns dentro de uma estrutura social comum, sistema hierárquico familiar e o valor da igreja (BERTRAND, 1973, p. 98).

Entende-se por que os investimentos em educação municipal chegaram em 2004 a R\$ 8.840.809,73, ultrapassando em muito as despesas com saúde R\$ 4.274.486,55.

Outro aspecto a se observar no mapa são maiores concentrações das escolas rurais na Mesoregião Centro-Sul em direção ao litoral. Nessas regiões a colonização é mais antiga e historicamente receberam os primeiros colonizadores do Estado, alguns municípios em direção a fronteira com o Paraguai e Argentina com concentrações esporádicas. Essas regiões são produtoras de soja e aves para abatedouros e suínos já que a região Sudoeste nos últimos anos tem se tornado exportador de frangos e carne suína, porém ainda se rescindem das escolas rurais em seus municípios, visto que também essa região sofreu um êxodo rural intenso no encontro das frentes pioneiras do Estado.

As escolas rurais nos municípios paranaenses refletem a estrutura fundiária destes e as relações de trabalho de suas comunidades rurais, os municípios que possuem estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades e que trabalham com a agricultura familiar mantêm suas escolas rurais próximas às comunidades, enquanto os municípios que possuem sua estrutura fundiária baseada em grandes propriedades possuem poucas escolas rurais, a opção para atender aos moradores do campo no quesito educação é o transporte dos alunos para as cidades ou a nuclearização das escolas rurais.

4.2 Semelhanças e contrastes entre as Escolas Rurais das Mesorregiões do Paraná

A caracterização das condições das escolas rurais, localizadas em três municípios de diferentes Mesorregiões do Estado do Paraná, buscou identificar os processos de criação dessas escolas rurais; quando ocorreram; sua organização e funcionamento desde sua criação até os dias atuais. Seu comportamento diante das alterações na relação de produção e de trabalho durante a transição da população paranaense de rural para urbana.

Foram escolhidos os municípios de Cornélio Procópio no Norte Pioneiro, Campo Mourão no Centro-Ocidental Paranaense e Francisco Beltrão no Sudoeste Paranaense- Mapa 10.

A primeira por ter feito parte da economia cafeeira do Norte Paranaense. Campo Mourão por possuir uma lavoura considerada como “lavoura branca⁷”: marcada pela introdução da mecanização e conseqüentemente da modernização da agricultura no Estado; e Francisco Beltrão por estar localizada em uma mesorregião onde ocorreu a terceira frente de colonização do Paraná, com uma forte colonização de gaúchos e catarinenses incentivada pelo Governo Federal a partir de 1940.

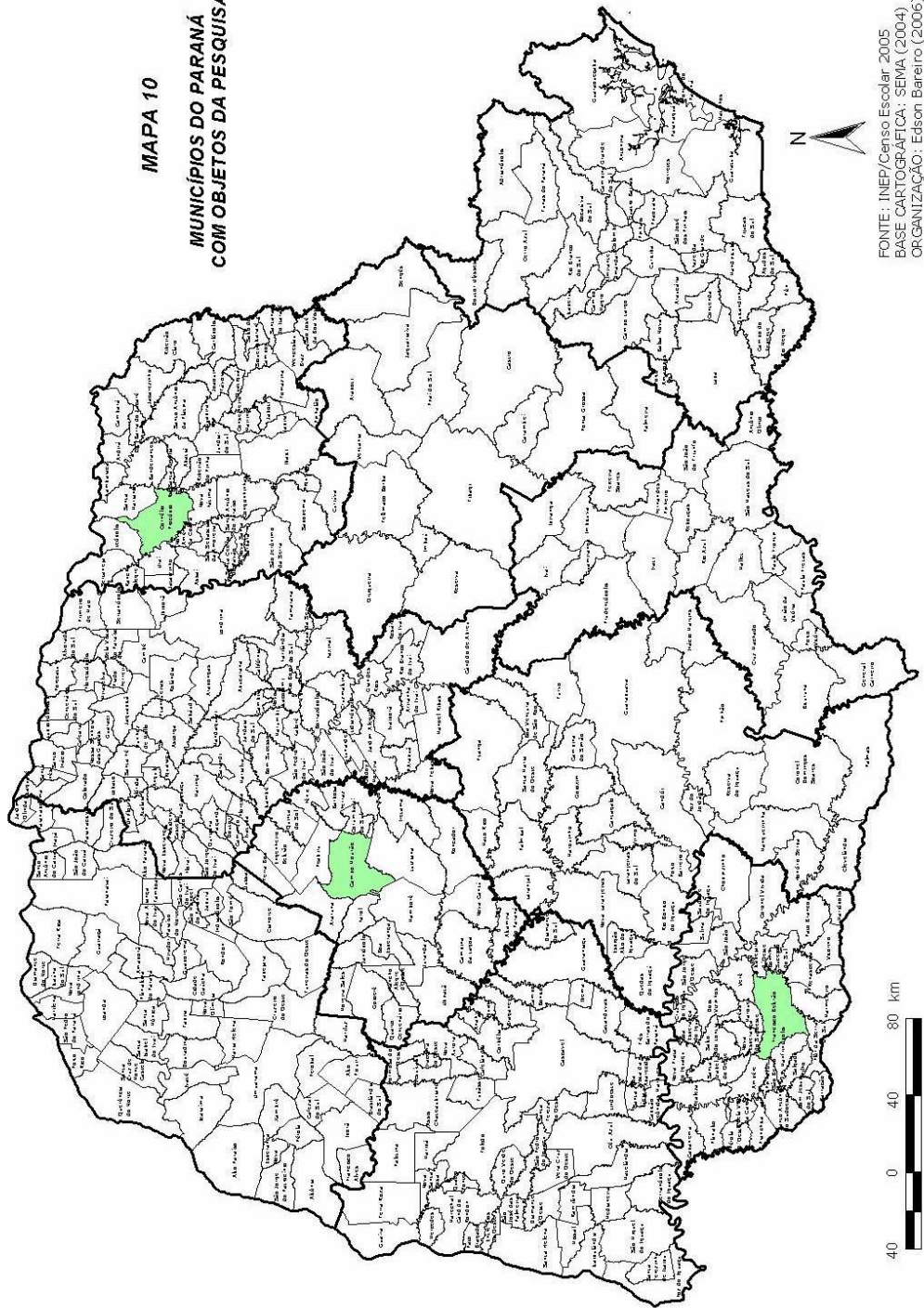
Cornélio Procópio representa o município mais antigo em relação aos demais escolhidos para estudo, teve sua emancipação em janeiro de 1938, deixando de ser patrimônio de Cambará e Distrito Administrativo de Bandeirantes. Campo Mourão desmembrou-se em 10 de outubro de 1947 de Pitanga; enquanto que Francisco Beltrão originou-se a partir da Colonia Agrícola Nacional General Osório – CANGO. O rápido progresso da colonização da região demandou a instalação do município em 14 de novembro de 1951, quando a área que hoje pertence a Beltrão se desmembrou de Clevelândia.

Verificamos assim, que os municípios foram emancipados em períodos diferentes; nos contextos de suas colonizações a base econômica era sempre a agricultura.

Mediante levantamento de dados junto as secretarias de educação dos municípios, procurou-se estudar o processo de criação das escolas rurais. A realização de questionários e visitas às secretarias de educação, orientaram o levantamento das informações, exceto a de Francisco Beltrão cujas informações foram fornecidas mediante a remessa de um questionário à Secretaria de Educação do município.

⁷ Era denominada para diferenciar as outras lavouras das lavouras de café ou ainda as culturas de subsistência (arroz, feijão, milho, etc)

MAPA 10
MUNICÍPIOS DO PARANÁ
COM OBJETOS DA PESQUISA



FONTE: INEP/Censo Escolar, 2005
BASE CARTOGRÁFICA: SEIVA (2004)
ORGANIZAÇÃO: Edson Baretto (2006)

No que se refere a evolução das escolas rurais em Cornélio Procópio temos a tabela nº 8.

Tabela 8 – Evolução das Escolas Rurais em Cornélio Procópio – 1966/2005

ANO	QTDE ESCOLAS RURAIS	DIFERENÇA
1967	52	+16
1972	62	+ 10
1980	55	- 7
1987	42	-20
1999	8	-34
2002	3	-5
2005	1	-2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Cornélio Procópio-PR

As escolas rurais em Cornélio Procópio em sua maioria eram instaladas em fazendas ou localidades rurais que produziam café. A decadência dessa cultura refletiu-se no número de escolas rurais. Através de convênios com os proprietários e a prefeitura municipal, temos um crescimento expressivo no número de escolas rurais. Esses convênios eram mais frequentes e o Termo de Compromisso assinado pelo prefeito comprometia-se a responder pelos encargos financeiros da escola, assim como garantir remuneração “condigna” aos professores lotados nos estabelecimentos.

Percebemos que até 1980 ainda eram criadas escolas rurais no município face a política de implantação da Lei 5692⁸, porém a partir dessa década o decréscimo dessas escolas é bastante visível e nas décadas posteriores é ainda pior chegando ao ponto de no período de 1987 a 1999 serem extintas 34 escolas rurais no município. Podemos observar na Foto 1 uma escola rural no município em 1967, período em que foram criadas várias

⁸ “ desde 1972 o Estado do Paraná implantava gradativamente o Ensino de 1º Grau, atingindo em 1978 todas as sedes dos municípios e em 1979 grande parte dos distritos, chega-se a 1980, a toda Zona Rural, atingindo um total de 13.000 escolas”(Plano de Implantação da Lei 5692/71 – Ensino de 1º Grau – Implantação da Escola Rocha Pombo em Cornélio Procópio-PR)

escolas rurais em Cornélio Procópio.



Foto 1 – Escola Rural Bom Sucesso (1967) – Cornélio Procópio-PR (Secretaria de Educação de Cornélio Procópio)

O período de extinção das escolas coincide com a a redução da população do campo e a intensificação da mecanização somados a mudança de cultura de café para a rotação soja-trigo (Tabela 9).

Tabela 9 - População de Cornélio Procópio por situação de domicílio período – 1940-2000

Ano	Total	Urbana	Rural
1940	20.031	3.880	16.151
1950	56.394	10.753	45.641
1960	45.341	18.198	27.143
1970	49.796	25.827	23.969
1980	42.581	31.802	10.779
1991	46.644	40.036	6.608
1996	46.509	40.018	6.491
2000	46.860	42.683	4.178

Fonte : IBGE – Censos Demográficos – 1960-2000

A educação destinada aos alunos das escolas rurais em Cornélio Procópio, é igual a da cidade; o transporte escolar dessas crianças para a cidade foi a solução encontrada para que esses alunos tivessem acesso a educação.

De acordo com informações da Secretaria de Educação do município o transporte de merenda escolar também era realizado da cidade para as escolas o que inviabilizaria o funcionamento da última escola rural do município, pois, devido ao reduzido número de alunos, que atualmente é de dezessete alunos, é mais viável o transporte destes até uma escola da cidade, onde possui uma maior estrutura para acolher esses alunos e possibilitar a eles o acesso à educação, mesmo que não seja a educação ideal para eles, já que os afasta de sua realidade e os insere em uma realidade diferente.

Já no município de Campo Mourão, observamos um aumento expressivo das escolas rurais em um período de apenas seis anos (1964-1970), a criação de escolas praticamente dobra em relação ao primeiro período, e em consequência a quantidade de alunos matriculados também é proporcional ao número de escolas, conforme podemos constatar na Tabela 10 - Evolução das Escolas Rurais de Campo Mourão.

Tabela 10 – Evolução das Escolas Rurais de Campo Mourão

ANO	QTDE DE ESCOLAS	ALUNOS
1964	69	2.362
1970	136	4.403
1980	120	4.285
1990	23	1.150
2005	04	272

Fonte: Secretaria de Educação de Campo Mourão

Comparando os períodos temos 1970, com a maior quantidade de escolas rurais no município, a intensificação da criação de escolas coincide também com a estabilização da população rural no que era naquele momento o município de Campo Mourão (Tabela 11), a partir de 1980 inicia-se a extinção dessas escolas atingindo grandes proporções nessa década a ponto de chegar a 1990 com apenas 23 escolas, em relação ao período anterior temos um total de 97 escolas extintas. Esse período coincide com o período em que o município mais perdeu, proporcionalmente, população rural em números, 16.426 pessoas, com 63% de perda da população total.

Diferente de Cornélio Procópio onde o predomínio da cultura agrícola na década de 1950 e ao final de 1960 era do café, em Campo Mourão o predomínio de culturas era das temporárias como arroz, feijão, algodão, pastagens e algumas manchas com cultivo de café. Após esse período verifica-se uma redução expressiva dessas culturas, pela substituição do binômio soja-trigo.

Portanto levando-se em consideração as informações de que havia uma variedade maior de produtos em pauta na região anterior ao processo de modernização agrícola, podemos observar o crescimento da população do município de Campo Mourão a partir de 1960 na tabela 11.

Tabela 11 . População de Campo Mourão por situação de domicílio período – 1960-2000

Ano	Total	Urbana	Rural
1960	141.157	19.489	121.668
1970	77.118	27.780	49.338
1980	76.775	50.366	26.409
1991	82.318	72.335	9.983
1996	79.508	73.535	5.973
2000	80.476	74.754	5.684

Fonte : IBGE – Censos Demográficos – 1960-2000

Na realidade segundo os dados, pode-se observar que ocorreu uma redução muito grande no total da população do município da década de 1960 para 1970, a redução da população total chegou a 45%, enquanto que na população rural a redução foi mais expressiva 60% porém esta ainda continuou a superar a população urbana que teve um crescimento nesse período.

Boa parte dessa redução se deve a emancipação de municípios como Barbosa Ferraz, Iretama e Araruna e outra parte em função do deslocamento populacionais para o Sudoeste e Noroeste do estado..

A partir de 1980 a posição se inverte e temos uma predominância da população urbana sobre a rural o que continua a ocorrer até 2000, ou seja, a população rural tem sofrido um decréscimo desde 1960 com grandes índices até 1996 e continuando a perder pessoal, porém em menor escala.

A mobilidade campo-cidade acelera-se no período de 1980 á 1991, nesta ocasião ocorre a reversão da população, ou seja, a população urbana passa a ser predominante. Contudo, a situação da mobilidade populacional nesta região é problemática, visto que, a região vem perdendo gradativamente sua população.

Com a emancipação em 1989 e 1993 de Luiziana e Farol respectivamente, Campo Mourão perdeu muitas escolas rurais, sendo que apenas para Luiziana foram 25 escolas, mas mesmo diante dessa situação em 2005 o município contava com apenas 4 escolas rurais.

Diante dessa situação o município decidiu em 1987 iniciar a nuclearização das escolas, segundo a Sra Diar Corral Machado que trabalha desde 1975 na Secretaria de Educação de Campo Mourão foram nucleadas duas comunidades rurais para oferecer ensino de 1ª a 4ª série; essa comunidades englobava um total de seis escolas, no que diz respeito aos alunos de 5ª a 8ª série o município oferece transporte escolar de suas comunidades até a sede, somados a isso é oferecido um laboratório ambulante de informática que percorre a zona rural para oferecer conhecimentos básicos de informática.

Ao iniciarmos a análise dos dados de Francisco Beltrão consideraremos a evolução de sua população (tabela 12)

Tabela 12 . População de Francisco Beltrão por situação de domicílio período – 1960-2000

Ano	Total	Urbana	Rural
1960	55.496	4.989	50.507
1970	36.807	13.413	23.394
1980	48.762	28.289	20.473
1991	61.272	45.622	15.650
1996	65.730	52.031	13.699
2000	67.132	54.831	12.301

Fonte : IBGE – Censos Demográficos – 1960-2000

De maneira geral podemos observar que a exemplo dos outros dois municípios a população nas décadas de 1960 e 1970 era predominantemente rural, em conseqüência os mesmos fatores que influenciaram o êxodo rural naqueles municípios também foram responsáveis pelo fenômeno em Francisco

Beltrão, o que é um tanto diferente são os produtos agrícolas produzidos que eram no período milho, feijão, arroz e trigo entre outros.

Com relação às escolas rurais no município, os dados não foram fornecidos pela Secretaria de Educação de Francisco Beltrão, em virtude de não possuir esses dados que foram consumidos por um incêndio na década de 1980, porém cabe aqui analisar o estudo de DUARTE (2003) sobre as escolas rurais do município:

“ depois do surgimento da primeira escola, no ano de 1952, sucederam 9 anos sem alterações significativas no número de escolas criadas- em torno de 2 por ano. Mas nos 06 anos seguintes (62 a 68) verificamos que 52 (56,52%) das 92 escolas da zona rural foram criadas pelo governo municipal de Francisco Beltrão. Segue-se um decréscimo abrupto no ano de 1969, um leve crescimento no ano de 71 e, definitivamente fica nos patamares de crescimento dos anos 50”

O mesmo estudo ainda relata que foram feitos levantamentos em 1985 para a implantação das escolas nucleadas no município e que naquele ano o município possuía 85 escolas rurais de 1ª a 4ª série e 11 de 1ª a 8ª série, portanto até esse período as escolas rurais estavam bem presentes na realidade local, já que segundo o mesmo autor essas escolas eram responsáveis por 53% das matrículas do município.

Dentro das discussões a que teve direito as escolas rurais em Francisco Beltrão cabe ressaltar a implantação de Escolas Consolidadas através do PROMUNICÍPIO, a escola de Jacutinga serviu de modelo para essa implantação das Escolas Consolidadas recebendo visitas de vários municípios do Paraná e inclusive Minas Gerais.

Segundo informações da Secretaria de Educação de Francisco Beltrão:

“Com a diminuição da população no meio rural, conseqüentemente, diminuindo a clientela escolar e a implantação de novos programas do governo federal, incluindo o FUNDEF-Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, as orientações passaram a ser a nuclearização de escolas (...) desativando as escolas com pequeno número de alunos e funcionamento multisseriado”

Atualmente no município estão em funcionamento sete escolas rurais, entre as quais a Escola Rural Nova Concórdia (Foto 2) e Escola Rural Cotegipe (Foto 3).



Foto 2 – Escola Rural Nova Concórdia (2006) – Francisco Beltrão-PR
(Secretaria de Educação de Francisco Beltrão-PR)

Nas comunidades mais estruturadas que oferecem o Ensino Fundamental completo de 1ª a 8ª série, foi estruturado um sistema de

transporte que no ano de 2006, conduziam 1.669 alunos para as escolas do interior do município e 1.447 alunos para as escolas urbanas.



Foto 3 – Escola Rural Cotegipe (2006) – Francisco Beltrão-PR
(Secretaria de Educação de Francisco Beltrão-PR)

4.3 Análise comparativa dos dados dos municípios

Os municípios estudados tiveram uma expressiva rede escolar rural, e, neste período de 1960 a 2005, essa rede praticamente deixou de existir. Mas esta extinção tem sua relação direta com o que ocorreu no campo paranaense.

Ao compararmos a população rural e urbana dos três municípios nos diferentes períodos a começar pela sua colonização das regiões

correspondentes, suas dinâmicas de colonização e cultura agrícola, percebemos que todas tiveram uma população rural predominante até os anos de 1970. Cornélio Procópio em 1970 já ressentia do processo de substituição de cultura e da modernização da agricultura, com a população urbana já superando a rural que até aquele momento era predominante, chegando a ser superior em até 300% em 1950.

Por possuírem uma população em sua maioria fixada no campo antes da década de 1970, os municípios possuíam uma rede escolar no campo em plena ascensão com a criação de escolas rurais em grande escala, porém a partir do esvaziamento do campo paranaense inicia-se o processo de extinção dessas escolas, pela falta de “clientela”.

Em dez anos a população das cidades, que era menos de 30% da população, passou a ter mais de 70% e, com isso, o esvaziamento no campo foi inevitável. Tudo isso somado a um conjunto de fatores que contribuiu para que isto ocorresse, tais como; a falta de pessoas para trabalhar nas indústrias, a falta de política agrícola que pudesse segurar o homem no campo e a modernização da agricultura que culminou com outros fatores climáticos em determinadas regiões do Estado.

Na década de 1980, a luta por educação mudou de perfil. Como os centros urbanos neste período, não estavam preparados para receber um contingente tão grande de pessoas oriundas do campo, novamente sofreram, arcando com a falta de escolas nas cidades, além da falta de qualificação para desenvolver atividades urbanas sentiram as conseqüências da baixa escolaridade e a necessidade de lutar pela educação de seus filhos.

Os sobreviventes no campo, ou seja, as pessoas que permaneceram em suas propriedades desenvolvendo atividades que os ligam de maneira afetiva e por necessidade de sobrevivência à terra, vêem seus filhos com maiores dificuldades para acessar os estudos, e diante das inovações na agricultura ocorrida nos últimos anos, é provável que os grandes e médios proprietários, num curto espaço de tempo, se apropriem ainda mais, das terras

que continuam nas mãos dos pequenos, e estes se vejam obrigados a abandonarem as suas propriedades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem, no mundo inteiro, propostas e ou experiências objetivando resolver toda a problemática que envolve a educação rural, onde, cada uma procura dar uma conotação diferente, ora responsabilizando-a integralmente pela baixa rentabilidade das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, pelo êxodo rural, pela desorganização dos agricultores, ora citando-a como componente fundamental para o desenvolvimento rural integrado de uma comunidade que se concebe como um processo sócio-econômico, político e cultural das populações rurais, visando melhorar as condições de vida dos envolvidos no processo.

Ao longo deste trabalho o quadro da educação para a população rural no Brasil é resultante de um processo histórico, econômico, social e cultural vivido no país, responsável pela quase total ausência de políticas públicas, que garantissem dotação financeira e diretrizes políticas e pedagógicas específicas, para a viabilização de uma escola de qualidade em todos os níveis, não somente no meio rural. As escolas rurais historicamente foram tratadas, pelo poder público, com políticas compensatórias, através de projetos, programas e campanhas emergenciais que além de não terem continuidade, apresentavam-se como ações que possibilitavam diferentes concepções de educação.

A agonia da escola rural é um estado constante em muitos contextos. O seu isolamento geográfico parece acarretar outras conseqüências associadas a uma administração seja local ou mais centralizada, que não consegue prover os meios e materiais pedagógicos suficientes, que não fomenta suas articulações sociais, mediando conteúdos desconectados da realidade e, sobretudo, abandonando os alunos à sua própria sorte.

As denúncias existentes sobre a condição de marginalização da escola rural são muitas e antigas. O esvaziamento do campo parece reforçar o tratamento discriminatório adotado pelas políticas públicas em todos os setores. Ou, em situação mais radical, tratam os poderes públicos de suprimir a instituição escolar rural tradicional, sem considerar o seu sentido social em

cada comunidade, ou se preocupam mais com o “inchaço” das cidades conseqüência do êxodo rural.

No Paraná, as políticas voltadas para as Escolas Rurais, a exemplo do Brasil, consistiram em adotar escolas com a finalidade de fixar o homem ao campo ou disseminar técnicas e métodos para maior produtividade ou alteração de padrões de produção agrícola. As Escolas Rurais que criadas na década de 1940 estiveram voltadas para o ensino técnico agrícola e possuía várias restrições que impediam o acesso da maioria dos alunos a ela, além de estar localizada fora das comunidades rurais.

A colonização do Norte e Sudoeste do Estado ocorreu com a ocupação da área rural pelas frentes pioneiras o que contribuiu para a predominância da população rural sobre a urbana no Estado do Paraná. A medida que ocorria a fixação das comunidades rurais também eram implantadas as escolas para essas comunidades fruto da iniciativa destas.

A partir do processo da modernização da agricultura que alterou as produções tradicionais das regiões por produção em larga escala, culminou com a transformação de estrutura fundiária, já que essa cultura necessita de grande utilização de maquinário e insumos agrícolas específicos para o seu cultivo, assim como a produção em larga escala para a obtenção de lucro o que exige grandes propriedades, nessa situação as pequenas propriedades, normalmente sem capital disponível para acompanhar as exigências do mercado deixaram de ser predominantes no Estado liberando grande contingente das áreas rurais.

Com a liberação desse contingente as escolas rurais que funcionavam ou isoladas ou em comunidades rurais foram sendo fechadas gradativamente principalmente na década de 1970.

O processo de nucleação das escolas rurais e a implantação do transporte escolar rural, foram as soluções encontradas para tentar amenizar essa problemática da população que ainda permanece no campo. É importante ressaltar que existe a resistência natural da permanência de pequenas propriedades no campo, a extinção da mão-de-obra familiar e das pequenas propriedades dificilmente ocorrerá, a agricultura em grande escala é

desenvolvida para a exportação, porém existe a necessidade de produtos de consumo imediato e perecíveis. Por essas razões, as escolas rurais devem despertar uma preocupação da administração municipal, estadual e federal, já que existem muitas comunidades ainda fixadas no meio rural que cada vez mais necessitam da educação para desenvolver novas perspectivas de sobrevivência.

Grande parte das escolas rurais foram substituídas pelas escolas urbanas, ou seja, os alunos são transportadas para a cidade, se considerarmos que estes desenvolvem atividades com seus familiares, podemos concluir que a extinção dessas escolas rurais além de afasta-las das atividades diárias também dificultam a integração ao meio rural, pois recebem ensinamentos fora de suas realidade. Com o deslocamento dos alunos para estudar nas escolas nucleadas ou na cidade, ao invés de trazer benefícios transforma-se em desconforto, uma vez que crianças são obrigadas a levantar mais cedo e permanecer um longo tempo no interior de ônibus até chegar à escola. Esse transtorno, com certeza, traz um prejuízo no desenvolvimento e no seu desempenho escolar, pois os alunos chegam cansadas e sonolentas na escola.

Certamente a nucleação e o transporte escolar foram pensados com o intuito de diminuir os custos e melhorar a qualidade de ensino, no entanto isso foi produzindo uma sensação de inviabilidade da educação no campo, visto que a escola rural era uma referência para a comunidade. Se por um lado o fechamento das escolas foi resultado do êxodo rural, por outro, essa política acabou estimulando o abandono do campo.

A atual política voltada para o campo do Governo Estadual do Paraná ainda está em desenvolvimento, porém o que está sendo estimulado é a adoção do modelo das escolas itinerantes do MST, mas um problema que continua a persistir é a formação de professores voltados para a área rural já que as escolas nucleadas possuem professores formados na cidade e que não conhecem a realidade rural.

A formação dos professores em exercício configura-se como uma necessidade urgente, bem como a capacitação continuada, mas aquela que parta de onde os professores estão, da linguagem do seu cotidiano.

.A educação e a escola rural que atenda às necessidades e interesses do campo não podem ser pensadas de maneira isolada; mas devem desempenhar papéis estratégicos na construção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, já que as famílias que permanecem no meio rural paranaense buscam novas formas de produção e sobrevivência. Para isso é importante que a educação contribua na construção de um ambiente educativo que antes de tudo considere a existência de diferentes grupos humanos: agricultores familiares, assalariados rurais, sem terra, que reconheça e valorize os saberes e conhecimentos dos diferentes sujeitos tanto em relação à aprendizagem, quanto à própria produção de conhecimento, sejam eles crianças, jovens, adultos, idosos, homens, mulheres; e, que respeite a heterogeneidade da relação desses sujeitos com a terra, com o mundo do trabalho e da cultura.

Em suma, caberia à escola ter em sua concepção e por em prática, princípios que reconheceriam o seu papel junto à construção de um desenvolvimento rural sustentável e que norteariam sua prática pedagógica, tendo como referência o respeito, a valorização e o fortalecimento da identidade da população rural.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade São Paulo, São Paulo, 1981.

ARAÚJO. Deuzimar Serra. **Uma Metodologia Dialógica e Proativa para Alfabetização de Jovens e Adultos**. Caxias, UFMA, Dissertação de Mestrado, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. **A Educação e seus problemas**. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1937.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Cultura camponesa e educação rural capitalista no Programa da Campanha Nacional de Educação Rural (1950-1963). **Pro-Posições**, Campinas:Unicamp:Unicamp/Faculdade de Educação,v5,nº 2, p.69-80, Jul 1994.

BASSI, Camillo. BARBOSA, Frederico. ARAÚJO, Herton. **A Multicausalidade dos Processos Migratórios: Em Busca de Evidências Empíricas**. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_383.pdf>. acessado em 20/12/2006

BERTRAND, Alvin L. **Sociologia rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1973

BRASIL. **Constituição 1988**. Texto Constitucional de 5/10/88 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais até 1998. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

_____ Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que “**Fixa diretrizes e bases da educação nacional**”. Brasília, Diário Oficial da União, v.1,p.12-429, de 27/12/61.

_____ Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que “**fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências**”. Diário Oficial da União. Brasília, v.1, p.6.377, de 12/08/71.

_____. MEC/CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

_____ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996**. Brasília: Subsecretária de Edições Técnicas, 1997. 48p.

_____ **Lei 9.424, de 24/12/96**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e dá outras providências.

_____ Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.126p.

_____ DECRETO Nº 46.378, DE 7 DE JULHO DE 1959. **Dispõe sobre um Programa de Educação de Base para a zona Norte do Estado de Alagoas**. Rio de Janeiro, 7 de julho de 1959.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. "Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória". In: Jacques Therrien e Maria Nobre Damasceno (coords.). **Educação e Escola no campo**. Campinas, Papirus, 1993

COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Cascavel: ASSOESTE, 1988.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo, 1975. (publicação comemorativa dos 50 anos da CMNP)

DAMASCENO, Maria Nobre, BESERRA, Bernardete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

DIAS, Maria Luiza M. S. Marques. Mudanças em Curso no Ensino Público do Paraná, **Revista IPARDES**, Curitiba, n. 98, p. 45-65, jan./jun. 2000

DUARTE, Valdir. **Escolas Públicas do Campo: problemática e perspectivas: um estudo a partir do Projeto Vida na Roca.** Francisco Beltrão, ASSESOAR, 2003.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70.** Curitiba, Livraria Chain Editora, 1998.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a

Parananoticias. disponível em www.aenoticias.pr.gov.br. Acessado em 10/11/2006.

Ambiente Brasil. Disponível em www.ambientebrasil.com.br/composer.php3base/agropecuário/artigos/extensaorural.html – considerações sobre extensão rural no Brasil por Frederico Olivieri – acessado em 28/10/2006

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBARDI, Diocles, DELGADO, Paulo. Redução do Trabalho Agrícola no Paraná, , **Revista IPARDES**, Curitiba, n. 95, p. 51-59, jan./jun. 1999

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da Educação no Brasil**: de Pombal a Passarinho. Rio de Janeiro: Ed. Brasília

LIMA, Maria das Graças de. **A Sobrevivência dos Sítios Rurais no Município de Moreira Sales**. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1993.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Memória e Identidade**: Travessia de velhos professores. Maringá, EDUEM, 1998.

MORO, Dalton Aureo. **A Modernização da Agricultura Paranaense**. Da Coletânea Geografia Social e Agricultura no Paraná. Maringá, EDUEM, 2001.

PARANÁ. Decreto nº 234. Cria a Escola de trabalhadores rurais e aprova o seu regimento Interno. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 12 mar 1935.

_____. Decreto nº 7.782. Aprova o Regulamento das Escolas de Trabalhadores Rurais. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 06 jan 1939.

_____ **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba 18 Mar 1994, n.º 4224 – p. 4 - 5

_____ Plano Estadual de Educação – PEE-PR, Curitiba, 06 Out 2005.

PASSADOR, Claudia Souza. **Projeto Escola do Campo**: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná In: Farah, Marta Ferreira Santos: Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania, Rio de Janeiro, FGV, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS. **Inventário turístico de Prudentópolis**. Prudentópolis: 2001.

PRYJMA, Marielda Ferreira. **A Organização Escolar**: A análise da escola Primária Paranaense no Período de 1930 a 1945. Curitiba, UFPR Dissertação de Mestrado, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro ruralcidade, São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

RAMOS, Lílian Maria Paes de Carvalho. **Escolas Rurais Consolidadas Paranaenses: Mito e Realidade**: Curitiba, UFPR, Dissertação de Mestrado, 1987.

SANTANA, Elizeu. **Escolas Rurais de Cascavel**: Ascensão e Declínio. Cascavel, UNIOESTE, Monografia de Especialização, 2006.

SANTOS, Arthur. Crise Brasileira de Educação. **Jornal “O Dia”**, 29 mar, 1933.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná**: História e Fantasmagorias. Curitiba, UFPR, Tese de Doutorado, 1997.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro e ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**, Coleção História do Paraná, textos introdutórios, Curitiba, SEED, 2001

WEREBE, Maria José. **30 anos depois – grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994

_____ **Grandezas e misérias do ensino** no Brasil. 4. ed. São Paulo: Difusão **Européia** do Livro, 1968.

WERLE. Flávia Obino Corrêa, Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: História Institucional **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.14, p.35-50, jan./abr. 2005.